

filantropia®

Responsabilidade Social & Terceiro Setor

Leis de Incentivo à Cultura facilitam a obtenção de recursos públicos e patrocínios pelas organizações sociais, tornando possível o sonho de se viver da arte

Cultura Sustentável

Administração

A qualidade na gestão está baseada na análise precisa de indicadores e uma boa dose de intuição do dirigente

Responsabilidade social

Diferentes interpretações de responsabilidade social empresarial pelos principais organismos mundiais

Legislação

A sociedade organizada tem direito legítimo de exigir e fiscalizar o cumprimento da política de Estado

Entrevista

Fundador da ONG Justiça Global comenta a crise de segurança e o descrédito das entidades de direitos humanos

James Cavallaro



O que mais te surpreende na humanidade?

Certa vez, perguntaram a Dalai Lama: “O que mais te surpreende na humanidade?”. E ele respondeu: “Os homens me surpreendem... Os homens perdem a saúde para juntar dinheiro, depois perdem dinheiro para recuperar a saúde. E por pensarem ansiosamente no futuro, esquecem do presente de tal forma que acabam por não viver nem o presente nem o futuro, e vivem como se nunca fossem morrer e morrem como se nunca tivessem vivido”.

Em princípio, a frase budista, já bastante conhecida, pode parecer a mais pura das verdades e, ao mesmo tempo, se a analisarmos a fundo, um tanto radical. Como viver sem pensar no futuro? Como podemos trabalhar nosso presente, sem alicerçarmos de forma concreta o que desejamos para nossas vidas no futuro?

Surpreendentemente, chego à conclusão de que o que mais me surpreende na humanidade é que os homens vivam desastrosamente o presente, sem qualquer planejamento para uma vida mais saudável no futuro.

O que dizer, então, de todo o esforço do Terceiro Setor? O trabalho feito no presente pelas organizações sociais são justamente focados em um futuro mais equilibrado e com menores proporções de exclusão social, pobreza e violência.

Dalai Lama talvez não tenha sido enfático em dizer que o importante é o equilíbrio. Tudo na vida é mensurado pelo bom senso e equilíbrio de idéias, ideais e atitudes. De nada adianta ter um futuro bem planejado e não viver o aqui e o agora. Isso também vale ao inverso: não se pode pensar exaustivamente no presente e deixar o futuro à mercê do destino.

O amor que move a vontade de busca efetiva ao benefício comum vai muito além de uma relação individual caritativa ou de compaixão. Isso é o que nos faz agir hoje para alimentar o amanhã, pensando no presente e no futuro.

Esse é o combustível primordial do ser humano, suscetível ao desenvolvimento social de um povo ou de uma nação. Viver o presente, planejando o futuro é a receita de uma vida equilibrada. Pró-atividade e recursos financeiros vêm em importância subsequente para fomentar uma ação social de êxito e continuidade. Se esse amor invadir o coração de toda a humanidade hoje, concretamente manteremos relação social mais justa entre os povos no futuro.

O que me surpreende na humanidade? A falta de equilíbrio, a falta de harmonia.

Marcio Zeppelini
editor@revistafilantropia.com.br

“Os homens (...) vivem como se nunca fossem morrer e morrem como se nunca tivessem vivido”

Dalai Lama



Banco reafirma responsabilidade social

O HSBC Bank Brasil deu início, no dia 31 de março, às atividades do Instituto HSBC Solidariedade, novo braço estratégico do grupo. Michael Geoghegan, CEO mundial da empresa, participou do evento, que também apresentou o primeiro relatório social da instituição. A atuação do instituto seguirá a orientação do Comitê de Responsabilidade Social do HSBC Bank Brasil e terá gestão própria, focada nas áreas de educação, meio ambiente e comunidade, pilares da ação social da instituição em todo o mundo.

www.hsbc.com.br

Da esquerda para a direita: Hélio Duarte, diretor-executivo do HSBC e presidente do Instituto HSBC Solidariedade; Emílio Alonso, CEO do HSBC Brasil; Zilda Arns, presidente e co-fundadora da Pastoral da Criança; e Michael Geoghegan, CEO mundial do Grupo HSBC

Congresso Gife reúne 500 lideranças do Terceiro Setor

Com o tema "Desafios para uma sociedade sustentável", o 4º Congresso Gife sobre Investimento Social Privado aconteceu de 24 a 27 de maio, em Curitiba (PR). O evento proporcionou um ambiente de aprendizagem, debate e construção de parcerias para um público formado desde expoentes empresariais brasileiros até dirigentes de uma cooperativa de catadores de lixo. Paralelamente foi realizada a 5ª Mostra de Ação Voluntária – Cidadania e Responsabilidade Social, realizada anualmente pelo Centro de Ação Voluntária de Curitiba (CAV), parceiro do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) na realização do congresso.

Temas debatidos

A programação incluiu conferências, mesas de debate e painéis temáticos com lideranças, sociais, empresariais e governamentais nacionais e estrangeiras, que procuraram traduzir o que significa na prática o conceito de sociedade sustentável e avançar na busca de soluções para a sua construção, equilibrando a reflexão e o debate sob as óticas do Primeiro, Segundo e Terceiro Setores.

Participações

Entre os palestrantes, estavam: David Bornstein jornalista canadense autor do livro *Como Mudar o Mundo – Empreendedores sociais e o poder das novas idéias*; Anna Maria Peliano, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Bernardo Toro, da Fundação Avina; Eugenio Scannavino, do projeto Saúde e Alegria; Juraj Mesik, do Banco Mundial/Washington; Maria Cecília Prates, da Fundação Getúlio Vargas (FGV); Marie-Pierre Poirier, do Unicef; Rodrigo Villar, da Rede América/Colômbia; Ruth Cardoso, da entidade Comunitas; Zézé Weiss, do Banco Mundial; e Simon Schwartzman, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets).

Principais atividades

- **Carta de Curitiba:** A Rede Gife, no âmbito do projeto Marco Legal de do Terceiro Setor e Políticas Públicas (MLPP), apresentou aos conferencistas a Carta de Curitiba, documento que identifica algumas das principais bandeiras que norteiam o debate regulativo para o setor.
- **Censo Gife 2005:** Analisado pelo sociólogo Simon Schwartzman, presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), o diagnóstico do investimento social privado no Brasil chama a atenção para o aumento de projetos voltados para a juventude. O estudo analisou 2.210 projetos sociais, culturais e ambientais.

- **Conferências:** Realização de duas grandes conferências: Diagnóstico do Investimento Social Privado e Perspectivas para o Investimento Social Privado.
- **Reuniões paralelas:** Os Grupos de Afinidade (GAs) em Juventude e em Meio Ambiente da Rede Gife realizaram reuniões com o objetivo de estabelecer maior diálogo e parcerias com a sociedade civil.
- **Capacitação:** O Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), um dos parceiros do evento, apresentou o Círculo Paranaense dos 8 Jeitos de Mudar o Mundo. A iniciativa prevê ações que possibilitem ao Paraná cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da ONU até 2010.
- **Oficinas:** As oficinas de gestão ofereceram instrumentos e ferramentas gerenciais para uma atuação social mais sólida em atividades do Terceiro Setor.
- **Publicação:** Lançamento da 4ª edição do livro *Terceiro Setor – Regulação no Brasil*, de autoria do advogado Eduardo Szazi e edição do Gife e da Editora Fundação Peirópolis.

www.gife-cav2006.org.br



Conferência Perspectivas para o Investimento Social Privado, em que estiveram presente Ruth Cardoso, Marie-Pierre Poirier e Zézé Weiss

Fórum discute poder governamental

O Instituto de Estudos Empresariais (IEE) realizou nos dias 3 e 4 de abril, em Porto Alegre, a 19ª edição do Fórum da Liberdade, com o tema "O poder no Brasil: quais os direitos e deveres dos governos?". Entre os palestrantes, estiveram: Douglass North, Prêmio Nobel de Economia em 1993; Alejandro Chafuen, CEO e presidente da Atlas Economic Research Foundation; Cristián Larroulet, diretor da ONG Libertad y Desarrollo; Hernando de Soto, economista; Nelson Sirotsky, diretor-presidente do Grupo RBS; Niels Veldhuis, diretor do Fraser Institute; Paulo Guedes, diretor da JGP; e Victoria Curzon Price, presidente da Mont Pelerin Society.

www.iee.com.br
www.forumdaliberdade.com.br



Abertura do Fórum da Liberdade

Dia Global do Voluntariado Jovem

Milhares de jovens brasileiros se engajaram, entre os dias 21 e 23 de abril, ao Dia Global do Voluntariado Jovem, que reuniu este ano 58.635 voluntários em 737 ações. Ao todo, 189 cidades de todas as regiões do país participaram do evento, sendo que 84% das atividades estavam relacionadas aos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da ONU. Pela 4ª vez consecutiva, o Natal Voluntários foi nomeado Agência Nacional de Coordenação do Dia Global no Brasil.

www.diaglobal.org.br



O Interact Club e o 9º Grupo de Escoteiros de Santos Dumont (MS) realizaram passeata de conscientização dos Objetivos do Milênio

Gestão contábil e jurídica em questão

A Auditor-TSA Auditoria para o Terceiro Setor realizou nos dias 18 e 19 de maio, em Curitiba, o 2º Seminário Gestão Contábil e Jurídica no Terceiro Setor. Cerca de 200 pessoas participaram do evento, que contou com a presença do recém-nomeado presidente do CNAS, Sílvio Iung, que palestrou sobre a Política Nacional de Assistência Social e a Regulamentação do art. 3º da Loas. Outros palestrantes foram: Alexandre do Nascimento, Carmo Marino, Ivan Pinto, Marli Soares Borges, Nilton Tiellet Borges, Ricardo Roberto Monello e Sérgio Monello.

www.auditus-tsa.com.br

Rede de arte e solidariedade

O Pavilhão da Bienal no Parque Ibirapuera, em São Paulo, recebeu entre 5 e 9 de abril a Teia de Cultura, Educação, Cidadania e Economia Solidária, uma iniciativa da Rede Brasil de Produtores Culturais com o apoio do Ministério da Cultura, do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o patrocínio da Petrobras. O público conheceu a diversidade cultural brasileira por meio das artes plásticas, cinema, dança, teatro, grafite etc. Paralelamente, a 1ª Feira Nacional de Economia Solidária trouxe 600 empreendimentos de todas as regiões do país.

www.teiacultural.org

Programa de TV em prol da Apae

A Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), em parceria com a Rede Bandeirantes, promoveu de 30 de abril a 30 de maio a campanha Apae em Ação, que pela primeira vez reuniu cerca de 2.000 Apaes em um projeto de expressão nacional. No dia 21 de maio, um programa especial exibido ao vivo pela TV Bandeirantes arrecadou mais de 2 milhões de reais em doações por meio de ligações do sistema 0500. O embaixador da Apae de São Paulo e da campanha foi Gustavo Borges.

www.apaebrasil.org.br

Raul Gil e Hebe Camargo recebem o grupo de dança da Apae de Salvador





DIVULGAÇÃO

Premiação distribui US\$ 1 milhão

Anunciados no dia 25 de abril os vencedores do primeiro concurso Global Holcim Awards, iniciativa da Holcim Foundation for Sustainable Construction, sediada na Suíça, que contempla os melhores projetos de construção sustentável do mundo. Este ano, o Prêmio de Ouro foi dividido entre um projeto de integração urbana em Caracas (Venezuela) e de design para uma nova estação ferroviária em Stuttgart (Alemanha). Os vencedores foram selecionados entre 15 finalistas de todos os continentes. Ao todo, as premiações chegaram a 1 milhão de dólares.

www.holcimfoundation.org

Representantes da equipe alemã recebem Prêmio de Ouro, que foi dividido com equipe da Venezuela

5ª Reatech bate recorde de público

Entre os dias 6 e 9 de abril, aconteceu em São Paulo a 5ª edição da Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade (Reatech). Mais de 30 mil visitantes compareceram ao evento, promovido pelo Grupo Cipa Feiras & Congresso – em parceria com a Revista Nacional de Reabilitação e apoio da Fundação Selma. A feira apresentou as novas tecnologias, soluções e conceitos que facilitam o dia-a-dia das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

www.reatechvirtual.com.br

Inclusão digital na universidade

A Universidade Estadual Paulista (Unesp), o Unversia Brasil e o Santander Banespa inauguraram no dia 5 de maio, no campus Guaratinguetá, a Sala Santander, um projeto de inclusão digital e social que visa atender a comunidade acadêmica e a população de baixa renda de regiões próximas à instituição. A sala é implementada em universidades brasileiras parceiras do Unversia e do banco Santander Banespa e foi desenvolvida para facilitar o acesso à informação e aos recursos da tecnologia.

www.unesp.br
www.universiabrasil.net
www.santanderbanespa.com.br

Crise ambiental não incomoda brasileiros

Estudo realizado no final de 2005 pela Market Analysis em oito capitais do país revela que existe um grau importante de sensibilidade entre os brasileiros sobre o impacto ambiental das ações humanas, mas que ainda falta muito para a questão ocupar lugar de relevância em suas preocupações do dia-a-dia. A crise ambiental simplesmente não está inclusa entre os maiores problemas que o país enfrenta atualmente, na opinião dos brasileiros. O dado surpreende, já que tem crescido a atenção da mídia a tais assuntos.

www.marketanalysis.com.br

Contra maus-tratos infantis

A apresentadora Xuxa Meneghel participou no dia 2 de maio, na sede da OAB-RJ, do evento para adesão ao Programa pela Erradicação do Castigo Físico e Humilhante contra a Criança e o Adolescente. A causa será difundida pela OAB do Brasil, pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e por uma aliança de organizações formada por: Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), Fundação Abrinq, Fórum Nacional de Direitos da Criança (Fórum DCA), Frente Parlamentar pelos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, Fundação Xuxa Meneghel, entre outras.

www.oab.org.br

DIVULGAÇÃO - CEBDS



Desafio da sustentabilidade

O primeiro encontro do Sustentável 2006, ciclo de encontros sobre sustentabilidade e gestão responsável organizado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), em parceria com o Instituto Gesc, aconteceu dia 19 de maio, em São Paulo. Com o tema "O desafio da sustentabilidade", o evento abordou os principais problemas encontrados para aumentar as iniciativas de desenvolvimento social no Brasil.

www.sustentavel.org.br
www.cebds.org.br

Primeiro encontro debateu o desafio da sustentabilidade



IVANILDO BAMPATO

Uma das mesas de parcerias que foram divididas para debater os Objetivos do Milênio

Desenvolvimento solidário do Nordeste

Nos dias 10 e 11 de maio, aconteceu em Salvador o 3º Fórum Parcerias Empresas e ONGs para o Desenvolvimento Solidário do Nordeste, um encontro entre lideranças da sociedade civil organizada, meio empresarial, universidades e governo que visa fortalecer o vínculo entre esses atores sociais na perspectiva de desenvolvimento solidário para a região. A primeira edição aconteceu em dezembro de 2005, em Olinda (PE), e o segundo fórum foi realizado em Fortaleza (CE), em fevereiro deste ano.

www.parcerias.org.br

Telebrasil 2006 discute inclusão social

O Painel Telebrasil 2006 reuniu cerca de 200 executivos dos setores público e privado de 1º a 4 de junho em Angra dos Reis (RJ). O evento debateu este ano como as telecomunicações podem colaborar para a inclusão social e contou com a participação do ministro das Comunicações, Hélio Costa. Durante o painel, representante da Presidência da República informou que o governo pretende liberar R\$ 600 milhões do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), no orçamento de 2007, para projetos de inclusão digital nas 190 mil escolas públicas brasileiras.

www.telebrasil2006.com.br

Prêmio Bem Eficiente

No dia 6 de junho, foi realizada no Tom Brasil Nações Unidas, em São Paulo, a cerimônia de entrega da 10ª edição do Prêmio Bem Eficiente, que contempla as 50 entidades beneficentes brasileiras melhores administradas. Os prêmios foram entregues por Stephen Kanitz, organizador do evento, Lu Alckmin, paraninfa das entidades, e Cláudio Lembo, governador de São Paulo. As vencedoras são: Ação Comunitária do Brasil-SP, Aldeias SOS, Exército de Salvação, Instituto Dona Ana Rosa, ACM de São Paulo, AACD, Apae Araras, Apae Jundiá, Apae Batatais, Apae Campinas, Apae Limeira, Apae Rio Claro, Apae São Carlos, Associação de Reabilitação Infantil Limeirense (Aril), Centro Assistencial Cruz de Malta, Cidade dos Meninos de Campinas, Associação Municipal de Assistência Social (Amas), Obra do Berço, Obras Sociais Irmã Dulce, Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia (Apacn), Associação Pela Família (ASPF), Saúde Criança Renascer, Bem Estar Familiar no Brasil (Bemfam), Centro Educacional Professor Estevão Pinto (Cepep), Casas André Luiz, Centro Israelita de Apoio Multidisciplinar (Ciam), Bom Parto, Cruzada do Menor, Casa Transitória de Pindamonhangaba, Fundação Feac, Fundação Abrinq, Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional (Fepe), FSDown, Fundação 18 de Março (Fundamar), Fundo Cristão para Crianças (FCC), Grupo de Apoio à Criança com Câncer-BA, Grupo Primavera, Ten Yad, Lar das Crianças da CIP, Lar dos Velhinhos de Campinas (LVC), Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, Missão Ramacrisna, Movimento de Organização Comunitária (MOC), Reino da Garotada de Poá, Educandário, Serviço Social Perseverança, Solidariedade França-Brasil (SFB), Sorri-Brasil, Unibes e Visão Mundial. O prêmio é outorgado pelas empresas Accor, Firmenich, Grupo Solvay e Intermédica Saúde.

www.melhores.com.br

Da esquerda para a direita: Stephen Kanitz, Cláudio Lembo, Lu Alckmin, Firmin Antônio, da Accor, e Ademar Luiz Mendonça Jr, do Grupo Solvay



DIVULGAÇÃO

Meio ambiente aqui e no mundo

No dia 5 de junho foi comemorado o Dia Mundial do Meio Ambiente. O tema escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como destaque para a campanha deste ano foi "Desertos e Desertificação", e as principais comemorações internacionais serão realizadas na Argélia, na África do Norte. No Brasil, o governo anunciou um pacote de medidas para continuar a garantir o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

www.mma.gov.br

Dúvidas sobre prestação de contas

O Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRC-SP) realizou, no dia 7 de abril, o seminário Prestação de Contas do Terceiro Setor (Ministério da Justiça e INSS), com o objetivo de orientar contabilistas e mantenedores de instituições sobre a prestação de contas das entidades do Terceiro Setor. As palestras foram ministradas pelos contabilistas Jair Gomes de Araújo e Ricardo Roberto Monello.

www.crcsp.org.br

Congresso discute educação humanitária

Nos dias 5 e 6 de maio, o Instituto Nina Rosa – Projetos por Amor à Vida promoveu, no Memorial da América Latina, em São Paulo, o 1º Congresso Latino-americano e o 1º Brasileiro de Educação Humanitária. Direcionado a educadores, o evento terá palestrantes nacionais e internacionais, que discutiram a importância da inclusão humanitária em todas as etapas educacionais.

www.ninarosa.org

50 anos de Cáritas

No dia 10 de maio, a Cáritas Brasileira, organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), comemorou 50 anos de existência durante a 44ª Assembléia Geral dos Bispos do Brasil, em Itaici (SP). A Cáritas foi criada em 12 de novembro de 1956 e integra a rede Caritas Internationalis. Atua em uma perspectiva ecumênica, estabelecendo parcerias com organismos nacionais e internacionais pelo resgate dos direitos humanos.

www.caritasbrasileira.org

Argentinos céticos sobre responsabilidade social

Análise comparativa de duas sondagens realizadas entre líderes de opinião no Brasil e na Argentina, feita pela empresa Market Analysis, aponta divergências significativas sobre o que pensam os vizinhos a respeito de responsabilidade social empresarial (RSE). Enquanto os brasileiros demonstram-se empolgados com o tema, os argentinos tendem ao total ceticismo, tanto no que diz respeito à motivação das empresas que assumem a postura socialmente responsável, quanto ao resultado das ações.

www.marketanalysis.com.br

Solidariedade em ritmo de festa

Cantora utiliza sucesso artístico para chamar atenção para causas de apoio ao paciente com câncer

Elaine Iorio

Ivete Sangalo vive a mil por hora! Ela participa de programas de TV e rádio, concede entrevistas para diversos veículos e faz shows por todo o Brasil e no exterior. Apesar da agenda sempre lotada – com compromissos previstos até o Carnaval de 2007 –, a cantora ainda encontra tempo para se dedicar a projetos sociais.

Atualmente, sua atenção está voltada para as ações promovidas pela Fundação Pio XII, que mantém o Hospital de Câncer de Barretos, em São Paulo, e atende pacientes com câncer que não dispõem de recursos para o tratamento.

A entidade foi instituída em 27 de novembro de 1967, mas somente em 1989 é que surgiu a oportunidade de construir um novo hospital para a cidade. Hoje, o Hospital de Barretos conta com 115 médicos e mais de 1.300 funcionários. Ao todo, 1.115 municípios de 25 estados

do Brasil são beneficiados, sendo 2.000 atendimentos por dia – 98% via Sistema Único de Saúde (SUS).

Com o apoio de muitos artistas brasileiros – que assim como Ivete Sangalo se sensibilizam com a causa e participam das campanhas promovidas –, o hospital mantém suas portas abertas, apesar do déficit mensal em torno de R\$ 1,8 milhão. Um exemplo é o projeto Direito de Viver 5, no qual 16 músicos, entre eles cantores sertanejos, românticos e pop, se empenharam na gravação de um CD e um DVD.

No momento, a cantora baiana é a madrinha da campanha Vista o Bem, uma parceria entre a Fundação Pio XII e o grupo Via Veneto na criação de camisetas que estão sendo comercializadas nas lojas Brookfield de todo o país. É exatamente sobre seu envolvimento com a fundação que a cantora conversou rapidamente por e-mail com a **Revista Filantropia**.

Revista Filantropia: *Fale de seu envolvimento com a Fundação Pio XII e com os projetos desenvolvidos em prol do Hospital de Câncer de Barretos.*

Ivete Sangalo: Sempre soube da existência do projeto e do incrível trabalho desenvolvido em Barretos. Estive na cidade para um show destinado ao hospital e visitei o projeto. Fiquei apaixonada e tomei para mim a oportunidade de ajudar. Comecei fazendo shows em prol do hospital e, sempre que posso, alerta e peço pelo projeto por meio da minha imagem.

Filantropia: *Você está envolvida com outros projetos sociais?*

Ivete: Há sempre pessoas e grupos que precisam de ajuda. Atualmente, estou muito próxima de uma comunidade de idosos. É possível mudar muitas coisas na vida dessas pessoas.

Filantropia: *Quais as suas ideologias pessoais em relação ao desenvolvimento social do país e à melhoria da qualidade de vida da população?*

Ivete: É do ser humano que parte o grande objetivo da vida: estar de pé e sobreviver a esse mundo. Esta será sempre a grande prioridade. Desenvolver-se socialmente é não perder o prumo do desenvolvimento e do bem-estar da humanidade.

Filantropia: *Você acredita que a conscientização da população em relação ao social está aumentando?*

Ivete: Sem a menor dúvida!!!!

Filantropia: *A classe artística tem a responsabilidade de contribuir socialmente?*

Ivete: Acredito que temos uma força gigantesca, pois somos um exemplo que o público tende a seguir.

Filantropia: *Se você pudesse realizar apenas um desejo para melhorar o país, o que você pediria?*

Ivete: Prestar verdadeira assistência a cada criança nascida. Isso mudaria a qualidade de vida e de essência do indivíduo. É o trabalho preventivo.

Filantropia: *Na sua opinião, qual o maior problema social do Brasil? Como resolvê-lo?*

Ivete: Os problemas sociais acontecem quando não há nenhum tipo de conexão entre dirigentes e povo. Os direitos e deveres são ensinados na escola, mas dificilmente se estabelecem no dia-a-dia. Cada vez mais votar e ter consciência de voto se transformam em grande trunfo de melhora.

Filantropia: *Como você gerencia seu tempo entre as ações sociais e o trabalho artístico?*

Ivete: Há tempo para isso e muito mais. Acredite! 

 www.hcancerbarretos.com.br
www.direitodeviver.com.br

Fundador da ONG Justiça Global comenta o descrédito vivido pelas entidades de direitos humanos em momentos de crise, como o enfrentado por São Paulo no mês de maio deste ano

Elaine Iorio

A população de São Paulo passou por momentos difíceis entre os dias 12 e 19 de maio, quando a média diária de mortes por arma de fogo chegou a subir de 20 para 50. Sob forte tensão por causa dos ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC) contra policiais, seus familiares e outras vítimas – além de diversas rebeliões organizadas pela facção criminosa dentro e fora do estado –, poucas pessoas se aventuraram a sair às ruas depois das 20h. Na segunda-feira do dia 15, a capital paulista viveu um verdadeiro toque de recolher imposto pelo medo.

Recuperado do susto, o paulistano teve a impressão de que o barulho do trovão foi, na maioria dos casos, maior que a tempestade. Boatos sobre ataques a escolas, shopping centers e estações de metrô se espalharam pela internet e por boca a boca, provocando uma onda de terrorismo psicológico sem precedentes. Terror incentivado, diga-se de passagem, por alguns veículos da mídia, exitosos pelo aumento nos números do Ibope.

O certo é que o episódio reacendeu o debate a respeito das ações de segurança pública. Por todos os cantos, as rodas públicas de discussão batiam nas mesmas teclas: a falta de controle da violência por parte dos órgãos competentes, a possível atuação de grupos de extermínio dentro da corporação policial e a crença de que os direitos humanos só defendem o interesse dos bandidos.

Disposta a conhecer a opinião de quem está no alvo das críticas, a **Revista Filantropia** conversou por e-mail com James Cavallaro, fundador e vice-presidente da Justiça Global, uma organização não-governamental dedicada à promoção dos direitos humanos no Brasil.

Nesta entrevista, ele comenta sobre os últimos acontecimentos, destaca a importante contribuição das entidades de direitos humanos para a democracia do país e tenta esclarecer os motivos que levam as organizações ao descrédito por grande parte da população brasileira.

James Cavallaro (de branco), Sergio Kalili (de verde) conversam com soldado brasileiro da Missão de Paz nas proximidades da favela de Cité Soleil, em Porto Príncipe, Haiti. Outubro de 2004



Revista Filantropia: Por que a Justiça Global foi fundada?

James Cavallaro: A Justiça Global foi fundada em 1999, e nossa idéia era de contribuir em uma área ainda pouco desenvolvida pelas ONGs de direitos humanos do Brasil. Ou seja, na utilização dos mecanismos internacionais de direitos humanos e na documentação das violações.

Filantropia: Qual a relação da entidade com o poder público?

JC: A Justiça Global, com a finalidade de garantir independência, não recebe fundos públicos. Assim, nossas ações frente ao poder público visam denunciar as violações de direitos humanos, incidir nos processos de formulação de políticas públicas baseadas nos direitos fundamentais, impulsionar o fortalecimento das instituições democráticas e exigir a garantia de direitos para os excluídos e vítimas de violações de direitos humanos.

Filantropia: Qual a posição da entidade perante a onda de ataques atribuídos ao Primeiro Comando da Capital (PCC) entre os dias 12 e 19 de maio?

JC: Para a Justiça Global, os ataques ocorridos em São Paulo representam uma confluência entre a incompetência das autoridades do Estado, do poder judiciário e da própria polícia, conjugada com a ação de um grupo criminoso organizado, que há muitos anos vem se articulando e se fortalecendo dentro e fora dos presídios.

Apesar da tentativa de autoridades de São Paulo em desviar o cerne da questão, atribuindo as causas dos ataques à fragilidade da legislação penal, o que não se pode compreender ou aceitar é o fato de o governo deste estado saber do plano para tais ataques com 20 dias de antecedência e, mesmo assim, não avisar a polícia, não tomar medidas de precaução ou prevenção para os ataques. Por quê? Se sabiam das ameaças de ataques vindouros contra a polícia e de rebeliões em série, porque o Estado de São Paulo não tomou providências?

Filantropia: O senhor acredita que os órgãos responsáveis pela segurança pública estão preparados para atuar em situações de crise?

JC: Apesar do difícil momento que atravessa a sociedade brasileira, a Justiça Global chama a atenção das autoridades estaduais e federais sobre a necessidade de respostas à altura do problema, que não são, em absoluto, a caça desenfreada de

“bandidos” e a execução sumária de mais pessoas. A questão da segurança pública é complexa demais para ser lidada de forma amadora por polícias civis ineficientes e uma corporação militarizada.

No entanto, não nos iludamos que esses conflitos serão resolvidos sem que haja uma mudança estrutural, que priorize a geração de emprego e o desenvolvimento de políticas sociais que apontem perspectivas reais para a juventude e para os trabalhadores. Essas mudanças devem estar associadas a uma outra concepção de política de segurança pública, baseada em investimentos urgentes e contínuos em inteligência policial; em investigações sérias e coordenadas entre as polícias, o ministério público e o poder judiciário; e em medidas concretas para por fim à corrupção que atinge os poderes públicos.

Filantropia: Na sua opinião, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo teve atuação adequada neste episódio?

JC: De forma alguma. As autoridades de São Paulo foram incompetentes, ineficientes e, pior, negligentes. Para além da violência inaceitável do PCC, a omissão resultou em mais de 100 mortes. E, como resposta para a opinião pública, a polícia mais uma vez abriu mão da investigação dos ataques criminosos e partiu para a matança, com um forte componente de vingança pelas mortes de seus colegas.

A resposta que todos vimos, e testemunhamos, foi tardia (mesmo a transferência estabaneada de membros do PCC na quinta-feira), desorganizada e retórica. No auge da crise, no domingo do dia 14, para espanto de qualquer pessoa lúcida, o governador Cláudio Lembo chegou a declarar: “a situação está totalmente sob controle”.

Filantropia: Em relação à atuação da polícia, o senhor acredita que possa ter havido execução ou abuso de poder?

JC: Diversas pesquisas acadêmicas, de ONGs e dados da Ouvidoria de Polícia de São Paulo indicam que grande parte dos registros de “resistência seguida de morte” são, na verdade, execuções cometidas pela polícia, com tiros pelas costas, na nuca ou na cabeça. Os dados disponíveis até o momento sobre mortes em confronto com a polícia indicam que houve excesso sim.

A violência policial tem sido alimentada por governos estaduais como sinônimo de eficiência. Esse fato já estava explícito na fala do atual Secretário de Segurança

James Cavallaro nasceu no bairro do Brooklyn, em Nova York. Formou-se em ciências políticas em 1984 e, desde o início da carreira, sempre esteve envolvido com os direitos humanos. Primeiramente participou de uma associação de proteção aos refugiados que chegavam aos Estados Unidos. Depois, foi trabalhar no Chile com um grupo de direitos humanos que defendia os presos políticos chilenos condenados à morte. De volta aos Estados Unidos, passou a atuar na Americas Watch, entidade sediada em Washington que mais tarde viria a se chamar Human Rights Watch. Como falava português, foi enviado em 1993 para uma ação da organização no Brasil e acabou se estabelecendo no Rio de Janeiro. Em 1999, demitiu-se da Human Rights Watch com o objetivo de fundar a entidade social brasileira Justiça Global.

Típico transporte coletivo haitiano.





As prisões vão se consolidando como instrumento de solidificação da exclusão, executando a pena de morte social

Pública do Estado de São Paulo, Saulo de Castro Abreu Filho, em 2003: “não há uma tendência de crescimento dessas mortes em confronto com a Polícia Militar”. Segundo ele, a alta no número de confronto com criminosos “está relacionada com a elevação do efetivo nas ruas”. Ou seja, a eficiência policial está centrada no número de mortos que a sua ação produz.

Um dos problemas cruciais concentra-se no fato de que a polícia, da maneira como existe hoje – concebida nos anos de ditadura militar, na linha da ideologia da segurança nacional, e dividida em Polícia Militar e Civil – não atende às necessidades da sociedade e de um governo democrático, colocando em pauta a discussão sobre a sua reforma.

Filantropia: *O senhor tem conhecimento sobre algum estudo atual a respeito de grupos de extermínio dentro da corporação policial?*

JC: Em 2003, a Justiça Global lançou em parceria com o Núcleo de Estudos Negros (NEN) o relatório Execuções Sumárias no Brasil – 1997-2003, em que, além de outros assuntos, abordamos a ação dos grupos de extermínio no Brasil. Nesse estudo, que se baseou em uma pesquisa de campo de nossa equipe, identificamos que os grupos de extermínio nascem como estratégia de comerciantes, empresários e outros segmentos da sociedade para abolir grupos sociais ou políticos “indesejados”.

Faz parte de uma cultura arraigada à sociedade brasileira, que tem se utilizado de grupos de extermínio para promover a chamada “limpeza social”. Fenômeno mais recente, identificado a partir do final da década de 1980, são os grupos de extermínio a serviço do crime organizado, em especial do narcotráfico e do roubo de cargas. Em todos os casos de grupos de extermínio pesquisados por nossa equipe, pudemos identificar a participação de agentes do estado, em especial de policiais.

Filantropia: *Qual é o maior problema do sistema penitenciário brasileiro atualmente? Qual a solução?*

JC: O Brasil vem apresentando um forte crescimento da população carcerária desde a década de 1990. Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), entre 1995 e 2003 a população de encarcerados no Brasil cresceu 93%. Esse aumento vem se tornando estrutural e se consolidando como um dos mais graves e desafiadores problemas da atualidade. Em dezembro de 2004, o Brasil contava com 336.358 presos.

Em dezembro de 2005, o número subiu para 361.402. A grande maioria cumpre pena em regime fechado. Nesse sentido, São Paulo vive um drama incomparável. Nas prisões paulistas concentram-se mais de 138 mil presos. O Rio de Janeiro é o segundo estado que mais encarcera no Brasil. Em dezembro de 2005, registrou-se 23.054 presos no sistema penal e 4.755 nas delegacias de polícia daquele estado.

Em todo o Brasil convivemos com um enorme abismo entre o que é real e o que é legal. Porém, é no sistema penitenciário que essa distância se torna mais dramática. A Lei de Execução Penal (LEP) é uma de nossas leis mais avançadas, apesar de ter sido elaborada em 1984 e, evidentemente, necessita de complementações. Por outro lado, a LEP é, sem dúvida, a lei mais descumprida de nossa legislação.

Setenta por cento dos estados da federação separam os presos pela facção criminosa, a média nacional de presos que estudam é de 17%, apenas 16% dos estados possuem patronato, só 20% contam com escola de formação penitenciária e em 70% não existe plano de cargos e salários para os funcionários da secretaria responsável. Sendo assim, as prisões vão se consolidando como instrumento de solidificação da exclusão, executando a pena de morte social.

Filantropia: *Qual a posição da entidade perante as críticas em relação à atuação das organizações em defesa dos direitos humanos – como falta de democracia nas atividades e defesa apenas dos interesses dos criminosos?*

JC: De fato, quando a criminalidade se converte em um problema, observa-se com frequência a emergência de uma constante: frente a criminosos cada vez mais violentos, aumenta o apoio público a ações mais duras por parte dos governos. Essas ações muitas vezes significam apoio às violações de direitos humanos cometidas por agentes do estado.

A profusão nos rádios, jornais e televisão da exploração sensacionalista da violência, quase sempre em consonância com o já citado preceito do “entender menos e punir mais”, dirige o corpo social a um falso clamor por justiça, que é habilidosa e demagogicamente manipulado pelo Estado na perpetração da violência, travestida como resposta à criminalidade. Nesse contexto, os defensores de direitos humanos que atuam no âmbito urbano, principalmente os que trabalham com questões de segurança

Favela de Martissant, na capital Porto Príncipe, Haiti, foi visitada por representantes da entidade em outubro de 2004



pública e sistema penitenciário, têm sofrido ataques que vão desde a sua desqualificação social e moral, associando-os à imagem de defensores de bandidos, até ameaças de morte e assassinatos.

Filantropia: *Como as entidades atuam em situações de ataque a policiais ou civis, como a que aconteceu recentemente?*

JC: As organizações de defesa dos direitos humanos sempre expressaram sua preocupação com a vulnerabilidade dos agentes do estado. Vulnerabilidade que resulta em grande parte de treinamento técnico deficiente, de baixa remuneração e de uma política de segurança pública baseada no confronto, em detrimento de investigação e serviço de inteligência. As forças policiais passam mais tempo monitorando o trabalho de ONGs e movimentos sociais do que redes criminosas no asfalto ou nas favelas. São várias as organizações que oferecem assistência a familiares de vítimas da violência, sejam elas agentes públicos ou não.

Filantropia: *Frente a essas constantes reclamações sobre a atuação dos direitos humanos, não seria a hora de as organi-*

zações governamentais e ONGs se unirem para uma campanha de conscientização da população?

JC: Essa foi justamente uma das propostas aprovadas na 10ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, que aconteceu entre os dias 31 de maio e 2 de junho em Brasília (ver seção **Planalto**).

Filantropia: *O Brasil tem avançado nas discussões e práticas de defesa dos direitos humanos em geral, como democracia, trabalho, discriminação, tortura e segurança?*

JC: A despeito de toda a mobilização da sociedade civil e do retorno à democracia, persiste no Brasil um quadro de graves violações de direitos humanos. Os avanços no campo dos direitos humanos civis e políticos no país se deram mais no seu aspecto formal que no prático. Apesar de ter ratificado os principais instrumentos globais e regionais de proteção de direitos humanos e de ter incluído e reconhecido várias diretrizes para a proteção dos direitos humanos na Constituição Federal de 1988, há de fato no Brasil um enorme descompasso entre a norma e sua aplicação.

Houve nos últimos anos, principalmente na década de 1990, uma maior mobilização da sociedade civil em torno da temática de direitos humanos, envolvendo diversos setores da população. Muitas entidades não-governamentais foram criadas nesse período, incorporando as mais diversas lutas de direitos humanos, principalmente no que diz respeito à raça, à orientação sexual, ao gênero e, desde o início dos anos 90, aos direitos humanos econômicos, sociais e culturais. Em razão da diversidade de temáticas, o fortalecimento da sociedade civil está ocorrendo por meio da ampla articulação das mesmas em grandes conselhos, redes e fóruns, a exemplo do Conselho Nacional de Criança e Adolescente, da Articulação das Mulheres Brasileiras, da Plataforma Dhesco Brasil, do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos. 

Justiça Global

 Av. Beira Mar, 406, sala 1.207
Rio de Janeiro/RJ
www.global.org.br
global@global.org.br
(21) 2544-2320



Sergio Monello

Escritório Contábil Dom Bosco

- Especializado em contabilidade de entidades do 3º Setor
- Assessoria fiscal, previdenciária e trabalhista
- Assessoria na Obtenção e gerenciamento das Certificações
- Assessoria em departamento pessoal
- Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades assistenciais

40 anos
de exclusivo
compromisso
com as
entidades
do 3º setor

(11) 3872-1195

www.sergiomonello.com.br

São Paulo
Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 1º e 2º andar Perdizes
São Paulo/SP - CEP 01150-001

Filial Brasília - Centro Multiempresarial
SRTVS, Quadra 701, Bloco O, sala 611
Brasília/DF - CEP 70340-000

Desenvolvendo uma estratégia de sucesso

Conhecer princípios básicos da doação e manter um bom relacionamento com as fontes de recursos auxiliam o trabalho do mobilizador

Ader Alves de Assis Jr.
aderjr@fundocristao.org.br



Após alguns anos de atuação no Terceiro Setor, descobri certos fundamentos que me auxiliaram no desenvolvimento de uma estratégia de mobilização de sucesso. Muito se tem falado sobre o assunto. Entretanto, um dos privilégios que tive foi poder trabalhar em um ambiente que me deu a possibilidade de compartilhar e vivenciar experiências desenvolvidas em várias partes do mundo.

Se no Brasil todos os envolvidos na área de mobilização tivessem acesso a informações práticas e encorajadoras, suas vidas profissionais seriam mais fáceis e provavelmente se teria outra realidade. Na verdade, não há regra absoluta para mobilizar recursos e nenhuma fórmula predefinida de como ganhar novos doadores. O que se tem são princípios básicos consistentes e que nos auxiliam em todas as fronteiras do *fundraising*.

A essência dessa nova profissão pode ser resumida em alguns tópicos-chaves, e não há tecnologia ou desenvolvimento que os modificarão:

- **Pessoas doam para pessoas.** Não necessariamente para organizações, missões, ou estratégias. Por isso, é preciso calçar os sapatos da comunidade, vestir a roupa que ela veste, comer a comida que ela come, sentir o que ela sente! É preciso perceber a necessidade a partir da visão da comunidade e ao mesmo tempo enxergar a percepção dos doadores, porque se você quiser que eles lhe entendam, é necessário primeiro entendê-los.
- **Ser um doador auxilia em muito.** Esse é um passo na sequência do anterior. Participando da experiência pode-se compreendê-la melhor. Para entender a visão de uma comunidade e de um potencial doador, você precisa participar. Por isso, ninguém deve ser um mobilizador de recursos sem primeiro ser um doador.

- **Mobilizar recursos não é uma questão de dinheiro.** Refere-se a um trabalho que precisa ser feito urgentemente. O dinheiro é apenas um meio para cumprir esse objetivo.
- **Conte uma história.** Os profissionais da área sempre têm boas histórias para contar. Uma estratégia de sucesso está sempre relacionada à habilidade para contar uma história com paixão o suficiente para inspirar as pessoas.
- **Você não ganha se não pedir.** Saiba para quem pedir, quanto pedir e quando pedir. Mas não peça apenas às pessoas para doar. Utilize a sua capacidade para inspirar as pessoas a isso. Mobilizar recursos é, na verdade, uma questão de inspirar as pessoas.
- **Aprenda a trabalhar o poder da emoção.** As emoções é o que mobiliza o profissional inicialmente para uma causa. A lógica e o racional podem reforçar posteriormente o apelo. Abra primeiro seus corações e mentes, depois trabalhe nas necessidades.
- **Mobilizar recursos é compartilhar.** Compartilhe seus objetivos e encoraje um envolvimento total, sem esquecer que as pessoas irão aplaudir as realizações, mas irão doar para uma necessidade. Por isso, procure o equilíbrio entre necessidades e realizações. Quando doadores se tornam totalmente encantados e envolvidos com sua campanha, coisas maravilhosas podem acontecer.
- **Sempre agradeça.** É bom ouvir uma boa idéia que dará brilho ao se dar as boas vindas a novos doadores. Essas mesmas idéias deverão ajudar e motivar o profissional para que sempre agradeça de maneira apropriada!



Neste novo milênio, todos os sinais conduzem a um melhor entendimento do indivíduo. Mobilizar recursos será, então, a capacidade de utilizar oportunidades

Perfil dos doadores

Muito já foi escrito sobre a psicologia do doar, e certamente é recompensador estudar os doadores mais de perto, descobrir onde colocar a ênfase para encorajar e maximizar a doação. As pessoas doam por uma série de razões. Poucos têm um motivo único para fazer uma doação, e, geralmente, as pessoas são movidas por uma combinação de sentimentos. Assim, é possível caracterizar alguns perfis de doadores que têm como se tornar oportunidades para a sua organização.

O primeiro grupo de doadores são os **esporádicos**. Só agem perante uma grande tragédia divulgada nos meios de comunicação.

São aqueles movidos pelos tsunamis, Andrews e Katrinas. Não costumam se relacionar a uma determinada causa ou organização, pois só doam pontualmente a uma organização que esteja envolvida na solução do problema gerado pela tragédia.

Outro grupo parecido o dos **eventuais**. A grande diferença é que esses só respondem a eventos, sejam na televisão, rádio ou local. Geralmente a emoção transmitida pelo evento é o principal motivador para a doação, mas, logo após, sua ação cai no esquecimento.

O terceiro grupo de doadores são os que contribuem movidos por sentimento de culpa e **razões de consciência**. Normalmente, pertencem à base de doadores de uma única

entidade e sentem que não precisam contribuir com outras organizações, uma vez que já estão fazendo a sua parte.

Os **atuantes** são um novo perfil de doadores, formado por pessoas que não só contribuem, mas querem participar ativamente das atividades da organização. São os vendedores mais ativos da causa e, como os doadores por razão de consciência, geralmente também são sócios de uma única organização.

Por fim, identificamos os **doadores natos**. Já faz parte de sua cultura contribuir com várias organizações de forma espontânea. Mesmo sem serem solicitados, são, em sua maioria, contribuintes mensais de uma ou mais organizações do Terceiro Setor, por se relacionarem com a causa social. Talvez não seja fácil sua identificação, mas representam uma grande oportunidade de recursos de uma organização.

A força do relacionamento

As razões que levam as pessoas a doarem mudaram apenas um pouco ao longo dos anos e não mudarão muito no futuro. O que é preciso compreender é que para cada perfil deve-se implementar uma estratégia específica, sem esquecer os princípios fundamentais já mencionados. Uma maneira de atender a todos esses perfis é dar atenção especial ao relacionamento. A estratégia de mobilização

de recursos pelo relacionamento é um conceito simples, e não novo, mas sempre eficaz. Apesar do termo “marketing de relacionamento” estar na moda, é algo que mobilizadores já vêm praticando quase que instintivamente por alguns anos nos países desenvolvidos. À medida que mobilizadores implementam e utilizam essas técnicas mais e mais, o poder do relacionamento se torna factível.

Temos um grande desafio! Neste novo milênio, todos os sinais conduzem a um melhor entendimento do indivíduo. Mobilizar recursos será, então, a capacidade de utilizar oportunidades. Reconhecer, descobrir, criar, desenvolver, finalizar oportunidades, além de transformar idéias em oportunidades, serão também fundamentais para as organizações do Terceiro Setor. Apesar da recessão, do aumento na competição e do escopo e passo dos últimos acontecimentos, nunca existiu tantas oportunidades, ferramentas e meios para se obter sucesso na mobilização de recursos por meio do relacionamento. 

Ader Alves de Assis Jr. Gerente de marketing e mobilização de recursos do Fundo Cristão para Crianças, mestre em administração e professor de marketing do Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH).



Grupo Arilton Portella

- ▶ Contabilidade entidades do 3º setor
- ▶ Assessoria no Setor de Recursos Humanos inclusive na elaboração de folhas de pagamentos
- ▶ Assessoria e Consultoria Jurídica para entidades do 3º Setor

Rua Izidoro Chanoski, 157 - Vista Alegre
Curitiba - Paraná - CEP 80820-580
Tel. (41) 3335-3437
Fax. (41) 3336-2814

www.ara-atualiza.com

O poder das entidades sobre a política de governo

Ao compreender sua responsabilidade pública, entidades beneficentes de assistência social assumem papel de fiscalizadoras do Estado

Marcos Biasioli
marcos@mbiasioli.com.br



No dia 22 de maio, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por iniciativa da Comissão de Direito do Terceiro Setor, promoveu um caloroso debate acerca do desenvolvimento social do Estado e suas políticas sociais. O tema debatido pela mesa diretora foi “O poder das entidades beneficentes de assistência social sobre a política de governo”, que será também o ponto cume do presente artigo.

O professor Celso Ribeiro Bastos, citando Jorge Miranda¹, aduz que “Estado é comunidade e poder juridicamente organizados”. Acareando esse pensamento com a Constituição Federal, encontramos no seu art. 3º que o Legislativo, o Judiciário e o Executivo compõem os poderes da União.

Em outras palavras, formam o poder juridicamente organizado. Já a comunidade, é indiscutivelmente o povo, que junto com os três poderes constitui o Estado. O Judiciário é o mandatário da comunidade para preservar seus direitos, o Legislativo é o anfitrião da regulação dos direitos e o Executivo coloca em prática tais direitos por meio de uma política democrática.

Considerando que o Brasil adotou como regime de governo a República, dirigida por um presidente, insta destacar que ele assume uma dualidade de papéis, ou seja, chefe de Estado e chefe de governo. A chefia de Estado visa a representação externa e interna da unidade do Estado, e a chefia de governo implica na liderança da política nacional².

Quanto à chefia de Estado, a comunidade tem pouco a interferir, ante a soberania por ela mesma outorgada ao seu mandatário. Porém, quanto à chefia de governo, que implica na outorga de poderes para a adoção de políticas democráticas com a finalidade de implantar a justiça social, a ela cabe não só interferir como também delinear os parâmetros de tais políticas. Para tanto não se pode perder de vista a máxima: “Todo poder emana do povo”.

Nesse divisor de poderes do mandatário – que é o presidente da República –, há de se afirmar que o Estado democrático de direito implementou, entre outras, ao menos duas políticas: de Estado e de governo. Dada a outra máxima que externa que “o poder corrrompe”, a política de Estado é justamente aquela que traça limites à política de governo – pois ela deriva do mandamento constitucional – e impõe regras e procedimentos para a aplicação das metas legais em benefício da comunidade. Possui como principal característica a sua perenidade e não está vinculada a qualquer ideologia que não aquela outorgada pelo povo.

Política de Estado

Como exemplo de política de Estado, podemos destacar o regramento constitucional previsto no art. 196, que prevê: “A saúde é um direito de todos e dever do Estado”. Outro exemplo encontra-se no art. 205, que disciplina: “A educação, direito de todos e dever do Estado”. E mais, dispõe o art. 213: “Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei”. Enfim, a lei maior introduz ao chefe de Estado e de governo uma política uníssona a ser por ele implementada.

Ante os parâmetros da política de Estado, o seu chefe poderá adotar uma política própria para implementá-la. Eis, então, a denominação de política de governo, que nada mais significada que um sistema de gestão de política de Estado. Em outras palavras, ao governo cabe implementar aquilo que está determinado na lei, ainda que seja por meio de uma metodologia por ele elaborada, com a ajuda de seu ministério.

Política de governo

A título de exemplo de política de governo, podemos destacar os programas sociais já vistos pelo Brasil, como Bolsa-Família,



A comunidade organizada é pessoa legítima a exigir o cumprimento pelos representantes do Poder Executivo acerca da implementação da política de Estado, ora prevista na Constituição Federal

Horta Comunitária, Programa Aquisição de Alimentos, Programa Universidade para Todos (Prouni) e Sistema Único de Assistência Social (Suas).

Ocorre que a liberdade outorgada ao homem público, a começar por sua imunidade e foro privilegiado de julgamento, muitas vezes se sobressai à política de governo, alijada à política de Estado, dando passagem a vaidades, ideologias partidárias, promessas de campanha, palanques eleitorais e tantas outras.

Não só quando há exacerbação da política de governo em detrimento da política de Estado, mas em especial quando ela existe, a comunidade organizada pode e deve exercer a prerrogativa de seu direito no sentido de exigir a retomada do cumprimento da política de Estado, sob pena da derrogação dos poderes de seu mandatário.

Poder

Eis então a razão do título: “O poder das entidades sobre a política de governo”. A comunidade organizada, por meio das entidades sociais, é pessoa legítima a exigir o cumprimento pelos representantes do Poder Executivo, não só na órbita federal, mas em especial nas searas estadual e municipal, acerca da implementação da política de Estado ora prevista na Constituição Federal.

Relevando que tanto a Constituição Federal como também a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas)³ parametrizam a política social de Estado – definindo quem são os beneficiários da promoção, a forma de custeio de tais ações em nome do Estado, a participação das entidades sociais como intermediárias da política e outras regulações – não há como conceber a inércia do povo à impunidade dos ladinos do erário público, em detrimento da obra social.

A sociedade organizada, muitas vezes em face de desconhecer os meandros da via punitiva do chefe de governo, que promove a tergiversação da política de Estado, acaba declinando seu

direito e se refestela apenas na teoria do “passar o pires”, visando colher quirelas para a obra social e manter a política da boa vizinhança, e, assim, acaba por colocar um Band-Aid na responsabilidade social do Estado.

Aceitar, por exemplo, o atendimento de pacientes financiados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) ao custo imposto pelo gestor, permitir a falência da instituição hospitalar em nome do Estado e aceitar ainda óbito por falta de estrutura e medicamentos implicam não só na quebra da responsabilidade civil objetiva do dirigente, mas também do chefe do governo, que caso instado a socorrer a entidade de saúde, ironizou o problema com sua inércia.

A entidade de assistência social que padece em face da não-ajuda financeira do Estado para a consecução de seus fins sociais e nada faz para exigir a implementação da política de Estado, levando a instituição ao escabroso estado de calamidade da coabitação, alimentação, cuidados médicos e outros de seus assistidos, é tão comparsa ao descaso com a pessoa humana que o próprio chefe do governo.

O exercício do poder das entidades beneficentes se faz pelo controle jurisdicional da administração pública, que pode ser exercido de várias formas. No âmbito extrajudicial, por meio de um acirrado controle da renda pública e dos critérios de sua repartição. E na seara judicial, deve se valer dos instrumentos jurídicos já insertos no mapa processual para a exigência da implementação da política de Estado, entre eles: ação popular, ação de obrigação de fazer, mandado de segurança (na hipótese da resistência da autoridade co-autora negar a repartição do recurso público), ação civil pública (por meio do Ministério Público) e ações de natureza criminal.

Enfim, é hora de se quebrar o velho paradigma acima que aduz “o poder corrompe”, substituindo-o por “o poder constrói o bem”. 

Regras básicas sobre como utilizar o poder

- Integração com o Conselho Municipal de Assistência Social.
- Participação nas reuniões do conselho que possuem como pauta o fundo de assistência social.
- Verificar a lei orçamentária do município, a fim de identificar a destinação de recurso para o social, e caso seja ínfima ou não esteja prevista, deve haver reação extra e/ou judicialmente na busca de uma melhor otimização orçamentária.
- Interceder junto ao representante político local para inserir na Lei Federal de Diretrizes Orçamentárias o orçamento para a assistência social local.
- Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
- Acessar com frequência os sites www.transparencia.gov.br, <http://siops.datasus.gov.br> e www.fnnde.gov.br, além das páginas dos ministérios e secretaria estaduais, para verificar a dotação orçamentária devida ao município e para qual fim, a guisa de identificar recursos para o social e por supedâneo para a entidade beneficente.
- Exigir a cotização dos custos dos programas sociais, de saúde e educação, dos chefes de governo, nos âmbitos municipal, estadual e federal, de forma extra e/ou judicial.
- Continuar a produzir o bem!

Marcos Biasioli. Advogado em São Paulo, mestrado em direito – PUC/SP, pós-graduado em direito empresarial – The European University, administrador de empresas pela Universidade Mackenzie, membro do conselho científico da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP, idealizador e editor da Revista Filantropia.

¹MANUAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL, T.3, PÁGS. 20, 21 E 24.

²SEGUNDO A PRÓPRIA DOUTRINA, CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL, MARCEL G.F. FILHO, T.1, PÁG. 220.

³Lei 8.742/93.

Desvendando as subvenções sociais

As entidades sem fins econômicos, na ânsia de obter recursos para a manutenção de seus programas e seus fins sociais, se socorrem ao poder público por meio de convênios, contratos, auxílios e subvenções sociais, termo este que em geral é equivocadamente utilizado.

As subvenções sociais estão previstas na lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 (art. 12 e art. 16), e na instrução normativa STN nº 1/97, sendo que é possível aos estados e municípios regularem a forma, os requisitos, bem como as sanções, a fim de também transferirem recursos a título de subvenções sociais.

Consistem em transferência de recursos, que independe de lei específica, a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial – serviços essenciais de assistência social, médica e educacional ou cultural –, sem finalidade lucrativa, com o objetivo de cobrir despesas de custeio, afeita ao controle interno dos órgãos concedentes e controle externo.

Finalidade

A finalidade das subvenções sociais é bem restrita, conforme verificado, cabendo apenas às entidades que atuam em prol da sociedade e já possuem projetos estruturados e em funcionamento. Portanto, a transferência dos recursos se dá no intuito de suprir necessidades para sua manutenção, e não para a criação de um projeto novo – o que poderia ser feito, por exemplo, por meio de um auxílio, que constitui transferência de capital derivado diretamente da Lei Orçamentária, como material permanente.

Ademais, destaca-se que cabe ao poder público suprir as necessidades da sociedade. A concessão de subvenções sociais não deve ser regra, mas uma suplementação de recursos na área social, reservando a elas o papel de provedora e estimuladora da iniciativa dos particulares nesse campo.

As entidades que pretendem obter subvenções sociais devem comprovar que possuem condições de funcionamento satisfatórias e que atendem aos padrões mínimos de eficiência previamente fixados, ou seja, com atuação transparente em conformidade com a finalidade social.

Fiscalização

O poder público possui certa discricionariedade em transferir recursos a título de subvenções sociais, uma vez que, desde que preenchidos os requisitos legalmente fixados, caberá ao ente conceder ou não às subvenções. Isso porque não está “algemado” à Lei Orçamentária, muito menos obrigado a observar uma licitação, o que resulta em demasiada subjetividade.

Conferida a subvenção social, os recursos transferidos devem ser utilizados estritamente para as finalidades às quais a entidade se propôs, sendo vedado o desvio dos recursos para fins diversos. Razão pela qual cabe ao ente político exigir uma efetiva prestação de contas por meio das entidades, apesar da subjetividade na escolha da mesma, uma vez que se trata de recursos públicos, de toda a sociedade.

Há que se destacar que também é possível a fiscalização externa, geralmente realizada pelos tribunais de contas municipais, estaduais ou federais, de acordo com o ente político que transferiu os recursos.

Licitação

Em regra, constatamos que não há necessidade de licitação para a obtenção das subvenções sociais. A princípio muitos se animam, diante da aparente facilidade em se obter a almejada subvenção. No entanto, a ausência de licitação poderá trazer seqüelas àquelas entidades que realmente necessitam de recursos públicos para a sua manutenção, ante a suscitação de desvio.

O que deve ser evitado é a malversação dos recursos, atentando-se para a qualidade dos serviços que serão oferecidos à população.

Conclusão

As subvenções sociais são, portanto, mais uma forma de obtenção de recursos públicos no auxílio exclusivo da manutenção das entidades sem fins econômicos que atuam em prol da sociedade. É preciso lutar para a obtenção de uma isonomia entre as entidades que serão beneficiadas, a fim de se evitar o intervencionismo e a intermediação política nos processos de liberação de tal verba.

Tatiana Magosso Evangelista
tatiana@mbiasoli.com.br



A concessão de subvenções sociais não deve ser regra, mas uma suplementação de recursos na área social, reservando às subvenções o papel de provedora e estimuladora da iniciativa dos particulares nesse campo

Tatiana Magosso Evangelista. Advogada da M. Biasoli Advogados Associados, graduada pela PUC/SP, especialização em direito do Terceiro Setor pela FGV/SP e pós-graduada em direito processual tributário na PUC/SP.

Oscips: a tênue linha entre o fracasso e o sucesso

Segmento do Terceiro Setor que movimenta R\$ 3 bilhões por ano tem centenas de entidades que ainda atuam sem qualquer profissionalismo

Luciano Guimarães

Gestão, captação de recursos e de voluntários, parcerias com a iniciativa privada e com o poder público, ética e transparência. Essas são as bases – nem sempre respeitadas – para a construção e consolidação de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) séria e comprometida com a sociedade.

Apesar de existirem quase 4 mil Oscips no Brasil (3.835, segundo o Ministério da Justiça) e de uma gradual expansão ser detectada a cada ano, esse segmento do Terceiro Setor ainda é conduzido, boa parte das vezes, de forma amadora.

Não é raro encontrar Oscips em situações lastimáveis de gestão, mesmo que seus dirigentes tenham vontade e disposição de colocar a “mão na massa” e respeitem ao pé da letra a legislação vigente. Falta de experiência e de verbas são apontadas como duas barreiras para as entidades. Para se ter uma idéia do tamanho do problema, 970 Oscips (25,2% do total) não atualizam seus endereços desde 1999.

Com o objetivo de acabar com essa situação, a administração federal está elaborando um cadastro nacional de entidades de interesse público. A intenção é conhecer melhor quais são, como atuam, quem trabalha e quem se

Gestão contábil-financeira deve ser profissional

Acontabilidade está para a boa saúde financeira de uma empresa, entidade ou órgão do poder público, assim como o gás está para as tarefas diárias de uma dona de casa ou da cozinha de um restaurante. É uma equação simples: números são analisados e se transformam em informações preciosas, fundamentais para a tomada de decisões.

Mas não é o que acontece em uma boa parcela das ONGs e Oscips brasileiras. Falta profissionalismo na gestão contábil-financeira, gerando prejuízos e perda de oportunidades. Esta situação se acaba se refletindo quando as entidades enviam ao Ministério da Justiça pedidos de qualificação como Oscip. A falta de um documento é suficiente para atrasar todo o processo.

As principais causas de indeferimento são: ausência de Balanço Patrimonial ou Demonstração do Resultado do Exercício, de DIPJ (ou Termo de Compromisso) e da participação de servidor público na diretoria da entidade. Há casos, também, de prestação onerosa de serviços de educação ou saúde e de ausência de cláusulas estatutárias obrigatórias, que inviabilizam a qualificação como Oscip.

Erros desse tipo podem ser evitados com a correta assessoria contábil. “Além dos aspectos de controle e evidência das atividades, a contabilidade é capaz de mostrar que a entidade realiza boas práticas de gestão”, avalia o contabilista Marcelo Monello, sócio-diretor do Escritório Contábil Dom Bosco e conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRC SP). “A contabilidade é a vida da entidade, e é preciso que haja mais investimento neste setor”, completa.

O presidente do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo (Sindcont-SP), Sebastião



Para Sebastião Gonçalves, do Sindcont-SP, a área contábil deve receber atenção especial



beneficia do dinheiro que circula pelas entidades. Será similar ao Sistema de Administração Financeira do governo federal (Siafi), que faz a programação financeira, a execução orçamentária e o controle interno, ficando à disposição dos cidadãos para consulta. E não é para menos: o segmento das Oscips movimenta cerca de R\$ 3 bilhões em recursos por ano.

“A ação, juntamente com outras já em desenvolvimento, se faz urgente, uma vez que a quantidade de pedidos para qualificação como Oscip cresce ano após ano, desde 1999, quando foi publicada a lei nº 9.790/99 – conhecida como Nova Lei do Terceiro Setor”, explica Eduardo Elias Romã, representante da Secretaria Nacional de Justiça. O cadastro será oferecido facultativamente a todas as entidades, mas será obrigatório para as que operam com recursos e/ou incentivos públicos.

No ano em que entrou em vigor a lei nº 9.790/99, apenas cinco entidades tive-

ram seus pedidos de qualificação deferidos. Em 2005, esse número foi de 996. Já em 2006, até o final de maio, 373 entidades haviam obtido a qualificação.

“Apenas uma pequena parcela das milhares de entidades sem fins lucrativos existentes no país requereu a qualificação como Oscip, pois boa parte das organizações do Terceiro Setor não está, ainda, suficientemente esclarecida a respeito da legislação”, argumenta Fernando Credidio, gestor e consultor organizacional em Terceiro Setor, sustentabilidade e responsabilidade social empresarial e ex-presidente do Instituto Parceiros da Vida de Comunicação & Responsabilidade Social Empresarial.

Para Andréia Toledo Prates, coordenadora de entidades sociais do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação do Ministério da Justiça, a qualificação como Oscip abre oportunidades de realizar ações de interesse público, a partir do estabelecimento

de vínculos de cooperação entre o poder público e as entidades, por meio do Termo de Parceria, que é mais focado no controle de resultados do que em documentos formalísticos.

“Entre as facilidades está a possibilidade de dedução do valor no Imposto de Renda até o limite de 2% do lucro operacional da pessoa jurídica, previsto no artigo 13 da lei nº 9.249/95, incentivando as doações”, frisa o advogado e administrador de empresas Marcos Biasoli, membro do Conselho de Direito do Terceiro Setor da OAB-SP. Segundo ele, a Oscip é obrigada a renovar anualmente sua qualificação, sendo que a pessoa jurídica doadora deverá ser tributada pelo lucro real.

Como obter a qualificação

O processo de qualificação como Oscip é simples. Requer a apresentação de cópias autenticadas de alguns documentos ao

Luiz Gonçalves dos Santos, reforça a opinião de Monello, argumentando que a área contábil deve receber especial atenção por parte dos administradores de uma instituição. “Profissionalizá-la é uma necessidade, pois não há como uma entidade existir e se desenvolver com as contas desorganizadas, sem um planejamento que contemple todos os aspectos – positivos e negativos – da pessoa jurídica em questão. Não há, em hipótese alguma, chance de se projetar um futuro seguro para uma entidade que relegue a contabilidade a um plano secundário”, explica.

Prestação de contas

As Oscips, cuja legislação permite a remuneração de seus dirigentes, devem fazer, anualmente, sua prestação de contas, levando em consideração a totalidade das operações patrimoniais e os resultados da entidade. São exigidos: o relatório anual de execução de atividades; a demonstração de resultados do exercício; o balanço patrimonial; a demons-



Altamiro Souza (segundo da dir. para a esq.) juntamente com membros do Nesa, durante evento sobre meio ambiente para a terceira idade em Taiúva (SP)

tração das origens e aplicações de recursos; a demonstração das mutações do patrimônio social; as notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário; o parecer e relatório de auditoria independente, somente para os casos em que os recursos recebidos, por meio de Termos de Parceria, for maior ou igual a R\$ 600 mil.

Captação de recursos

Manter uma entidade funcionando dentro das exigências legais e ainda ter de “correr atrás” dos recursos financeiros não são tarefas fáceis. Este é o caso do Núcleo de Educação Sócio-Ambiental “Prof. Leandro Eduardo de Souza” (Nesa), entidade criada em 2003, em Ribeirão Preto (SP), pelo químico Altamiro Xavier de Souza. Com grandes idéias, carece da experiência necessária para transformá-las em realidade.

Um dos projetos do Nesa é o Curso Popular para Concurso (Cuco), que tem o objetivo de preparar pessoas desempregadas para prestar concursos em áreas que exigem baixa escolaridade, como a de porteiro, faxineiro, ascensorista, entre outros. “O principal problema é a inexperience mesmo. Os recursos existem e podem ser captados, mas falta um corpo técnico que trabalhe exclusivamente para isso. Os projetos precisam estar em modelos próprios e exigem contrapartida que não podemos oferecer. Ainda estamos aprendendo como funciona o Terceiro Setor”, conta. 

Ministério da Justiça, na Coordenação de Outorga e Títulos da Secretaria Nacional de Justiça, que terá 30 dias para deferir ou não o pedido.

São eles: estatuto elaborado de acordo com as normas estipuladas pelo MJ e registrado em cartório; ata de eleição da atual diretoria; balanço patrimonial e demonstração de resultado do último exercício; declaração de isenção de Imposto de Renda – Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) do último exercício; e cartão de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

A qualificação é privativa das entidades que executam diretamente programas específicos, a exemplo de promoção da assistência social; cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; voluntariado, desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza, entre outros. O estatuto da entidade deverá, expressamente, dispor sobre algumas condições determinadas pelo Ministério da Justiça.

O fato de uma entidade receber a qualificação como Oscip não a faz perder outras

As organizações do Terceiro Setor não estão suficientemente esclarecidas a respeito da legislação

Fernando Credidio

qualificações anteriores, sejam elas a Declaração de Utilidade Pública Federal e o Certificado de Fins Filantrópicos. Além disso, devem estar voltadas para o alcance de objetivos sociais que tenham pelo menos uma das finalidades exigidas pela legislação.

Os documentos para a requisição da qualificação como Oscip devem ser encaminhados pelo correio ou apresentados ao Protocolo Geral do Ministério da Justiça, que deverá indicar data e hora do recebimento. No caso de indeferimento da qualificação, o MJ envia para as entidades parecer

identificando as exigências que não foram cumpridas. Após fazer as alterações necessárias, a organização pode apresentar novamente a solicitação de qualificação como Oscip a qualquer tempo.

Para fazer tal procedimento, a entidade deve apenas apresentar a documentação considerada irregular no processo indeferido, economizando cópias, autenticações e custos de postagem. A regra foi instituída em 2005 pela portaria nº 30/05 e dá até 30 dias para o envio da documentação que faltava. É importante que o novo requerimento mencione o processo anterior para que seja possível aproveitar os documentos. 

Ministério da Justiça

i Secretaria Nacional de Justiça /
Coordenação de Outorga e Títulos
Esplanada dos Ministérios
Bloco T, anexo II – Brasília (DF)
CEP 70064-900
www.mj.gov.br/snj
oscip@mj.gov.br

COMUNICAÇÃO PRÉVIA



convidam para o congresso:

1º DIÁLOGOS DA FILANTROPIA

Evento em comemoração ao 5º aniversário da Revista Filantropia

Temas abordados e presenças confirmadas:

- ◆ Direito do Terceiro Setor
Marcos Biasoli
- ◆ A Importância da Auditoria no Terceiro Setor
Ricardo Monello
- ◆ Comunicação & Marketing para Organizações Sociais
Marcio Zeppelini
- ◆ Elaboração de Projetos Sociais
Ricardo Falcão
- ◆ Contabilidade Gerencial para o Terceiro Setor
Marcelo Monello
- ◆ Responsabilidade e Investimento Social Privado
Fernando Credidio
- ◆ Captação de Recursos e Voluntariado
Custódio Pereira
- ◆ Gestão do Voluntariado
Felipe Mello

Serão 2 dias com os principais profissionais do Terceiro Setor !

São Paulo, 29 e 30 de novembro de 2006

Auditório CMISP – Rua Bernardino de Campos, 79 – Paraíso
(próximo à Avenida Paulista e ao Metrô Paraíso/Brigadeiro)

Informações e inscrições:

www.dialogosocial.com.br

dialogo@dialogosocial.com.br / (11) 6281-9643 / (11) 7186-9906

Proteção cultural em caso de guerra

Publicado o decreto nº 5.760/06 que promulga o Segundo Protocolo relativo à Convenção da Haia de 1954, à qual o Brasil aderiu somente em 23 de setembro de 2005. O Segundo Protocolo prevê medidas preparatórias a serem tomadas em tempo de paz para salvaguardar os bens culturais contra os efeitos previsíveis de um conflito armado. A convenção também proíbe a exportação de bens culturais dos países, ainda que os mesmos tenham tido seus territórios ocupados.

www.planalto.gov.br



Ouvidoria da polícia

O decreto de 3 de maio de 2006 revoga o decreto de 1º de junho de 1999 e cria, no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, o Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia. Entre as suas atribuições, estão o aperfeiçoamento institucional dos órgãos policiais e a fiscalização e o acompanhamento das denúncias sobre a prática de atos ilegais ou arbitrários. Representantes de entidades e órgãos públicos, bem como entidades privadas de defesa dos direitos humanos, poderão ser convidados a participar das reuniões.

www.presidencia.gov.br/sedh

Fundo Nacional de Assistência Social

O Diário Oficial da União publicou em maio a portaria interministerial nº 1, do Ministério da Previdência Social e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que determina que o repasse dos recursos necessários à operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social e da Renda Mensal Vitalícia seja descentralizado do Fundo nacional de Assistência Social (FNAS) ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

www.mds.gov.br
www.assistenciasocial.gov.br

Guia para FGTS e GFIP

A instrução normativa nº 11/06, editada pela Secretaria da Receita Previdenciária, aprovou o manual de instruções para preenchimento da guia de recolhimento do FGTS e da GFIP, bem como o Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (Sefip), versão 8.2.

www.previdencia.gov.br

Direito do idoso a medicamento gratuito

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal aprovou em 3 de maio o projeto de lei nº 362/05, de autoria do senador Pedro Simon, que altera o Estatuto do Idoso. De acordo com o projeto, será da competência do Ministério Público a realização e o acompanhamento das ações para a solicitação de medicamentos gratuitos. Também fica estabelecida pena de dois meses a um ano, além de multa, para quem privar o idoso do acesso a medicamentos e alimentos, e de reclusão de quatro a 12 anos se a omissão resultar em morte. O projeto de lei segue agora para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para deliberação final.

www.senado.gov.br



Programa de apoio à cultura

O decreto federal nº 5.761/06, que estabelece sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), acaba de ser promulgado. O programa será desenvolvido mediante a realização de programas, projetos e ações culturais que concretizem o direito à cultura, garantam o patrimônio cultural brasileiro e que atendam a pelo menos um dos seguintes objetivos: incentivo e fomento à formação artística e cultural; estímulo ao conhecimento dos bens e valores culturais; e apoio a outras atividades culturais e artísticas.

www.cultura.gov.br



Acesso à universidade

O projeto de lei nº 001, do Senado Federal, dispõe sobre o percentual de vagas semigratuitas em cursos de graduação de instituições privadas de ensino superior, que deverão conceder anualmente, a pelo menos 15% dos alunos matriculados em cada um de seus cursos de graduação, abatimento do valor contratual para prestação de serviços educacionais. Cabe ao aluno requerer o benefício, apresentando, no ato da matrícula, declaração de renda dos integrantes da família para efeito de apuração da renda familiar *per capita*.

www.senado.gov.br





Palestrantes da conferência, da esquerda para a direita: Marcos Frota, ator; Agenor Álvares, ministro da Saúde; Wellington Dias, governador do Piauí; Paulo Vanuchi, ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH); Paulo Sérgio, ministro dos Transportes; e Adilson Ventura, presidente do Conade

Conferência debate direito dos deficientes

O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade) realizou entre 12 e 15 de maio, em Brasília, a 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que teve como tema "Acessibilidade: você também tem compromisso". Na ocasião foi apresentada a cartilha *Conheça mais sobre o BPC – um direito garantido pela Constituição Federal*, criada pelo MDS para esclarecer dúvidas sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), operacionalizado pelo ministério e pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

www.mds.gov.br

Políticas de redução da pobreza

A convite do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a secretária-executiva do MDS, Márcia Lopes, participou nos dias 24 e 25 de abril, em Washington, da 8ª Reunião da Rede para a Redução da Pobreza e da Proteção Social. O objetivo foi envolver gestores na implementação de políticas para a redução da desigualdade na América Latina e no Caribe. O Brasil apresentou projetos como Bolsa Família, de agricultura familiar e o Sistema Único de Saúde (Suas).

www.mds.gov.br
www.iadb.org

R\$ 9,6 milhões para a agricultura familiar

O MDS realizou no dia 20 de abril, em Brasília, seminário sobre o programa Compra Direta Local da Agricultura Familiar, que orientou os municípios na elaboração de seus planos de trabalho e esclareceu os termos para a assinatura do convênio com o ministério. Do total de 263 municípios que encaminharam propostas, 73 foram aprovados e vão receber ao todo R\$ 9,6 milhões. Os recursos serão utilizados pelas prefeituras para a compra da produção dos agricultores familiares cadastrados em cada região.

www.mds.gov.br

25 anos da legislação ambiental

Profissionais das áreas de direito, meio ambiente e política se reuniram nos dias 1º e 2 de junho, em São Paulo, para a Conferência de 25 anos da Lei Nacional de Política Ambiental. O evento analisou os desdobramentos da lei, que, entre outros méritos, abriu espaço para a criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). Realização da AG Comunicação Ambiental, Escritório Pinheiro Pedro Advogados e Agência Corporativa Ambiental (Aica).

www.comunicacaoambiental.com.br



Palestrantes do painel "A PNMA e sua integração com outras políticas públicas"

Sistema nacional de direitos humanos

Aconteceu entre 31 de maio e 2 de junho, no Congresso Nacional, a 10ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, que reuniu organizações estatais e da sociedade civil para debater a criação de uma proposta de Lei de Responsabilidade Social, que vincule a administração pública à implementação de políticas essenciais para a manutenção dos direitos humanos. Simultaneamente à conferência foi lançado o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, que terá a missão de promover a prevalência dos direitos humanos na política externa brasileira e fortalecer a participação dos cidadãos.

www.camara.gov.br



O presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo (ao centro), participa da abertura da conferência, durante seminário realizado na Câmara da Participação em Política Externa Brasileira e Direitos Humanos

Mais da Amazônia para o Brasil

No dia 8 de maio, foi apresentado, na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro o projeto Amazônia Azul, proposta da Marinha Brasileira à ONU que pretende acrescentar cerca de 3,5 milhões de quilômetros quadrados ao território brasileiro. Esse território submerso é repleto de riquezas biológicas e minerais e se constitui uma propriedade estratégica e econômica para o país.

www.mar.mil.br
www.mma.gov.br

Sociedade debate IR Ecológico

Nos dias 6 e 7 de junho, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara dos Deputados organizou o seminário Ação pelo IR Ecológico – A Natureza Merece esse Estímulo. Proposto pelo Grupo de Trabalho (GT) IR Ecológico, que reúne ONGs e empresas, o evento discutiu mecanismos de estímulo fiscal para pessoas físicas e jurídicas interessadas em financiar projetos ambientais executados por ONGs nacionais comprometidas com o meio ambiente. Atualmente, no Brasil, o ICMS Ecológico é o único mecanismo existente de incentivo fiscal para ações de conservação ambiental e uso sustentável de recursos naturais. O GT é composto por: WWF-Brasil, The Nature Conservancy (TNC), Conservação Internacional (CI), SOS Mata Atlântica, Instituto Socioambiental (ISA), Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), Fundação O Boticário, Fundação Biodiversitas, Instituto Bioatlântica, Pinheiro Neto Advogados, Patri, Gife e Everardo Maciel, ex-Secretário da Receita Federal.

www.camara.gov.br



Compõem a mesa de debate, da esquerda para a direita: Eduardo Szasi, advogado e professor da FGV e da FIA; Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal; Dep. Hamilton Casara (PSDB-RO); Marta Mítico, advogada; e Heleno Torres, professor de direito tributário

Brasil se destaca no combate ao trabalho infantil

O secretário nacional de Assistência Social do MDS, Osvaldo Russo, representou o Brasil na conferência Combate à Exploração do Trabalho Infantil no Mundo de Língua Portuguesa, de 11 a 13 de maio, em Lisboa (Portugal). Ele apresentou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), que entre 1992 e 2004 alcançou 36,4% de redução na ocupação de jovens de 10 a 17 anos e 60,9% de redução na faixa etária de 5 a 9 anos, segundo relatório divulgado em abril pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

www.mds.gov.br
www.peti.gov.br

Balanço do Suas Web

O MDS concluiu em março um balanço nacional da primeira experiência de planejamento, via internet, das ações de assistência social do Brasil. Em todo o país, 4.901 dos 5.150 municípios inscritos no Sistema Único de Assistência Social (Suas) concluíram o preenchimento de seus planos de ação dentro do prazo estipulado. Somente 249 prefeituras (4,8% do total) não concluíram o processo a tempo.

www.mds.gov.br

Festival de arte e assistência social

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome MDS divulgou no dia 31 de março os vencedores do primeiro Festival de Arte e Cultura da Assistência Social. Os trabalhos selecionados foram expostos na Teia de Cultura, Educação, Cidadania e Economia Solidária, festival nacional que aconteceu em São Paulo, de 5 a 9 de abril. Os municípios vencedores são: Teresina (PI), Toledo (PR), Fortaleza (CE), Tanabi (SP), Aracaju (SE), Belo Horizonte (BH), Laranjeiras do Sul (PR) e Olinda (PE).

www.mds.gov.br

Universidades pela inclusão produtiva

O MDS assinou, no dia 11 de maio, convênios para a destinação de recursos a 38 projetos de inclusão produtiva elaborados por instituições de ensino de todo o país. Serão liberados R\$ 8 milhões para ações de geração de trabalho e renda, que contam com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e deverão ser implantadas em um prazo máximo de 12 meses. Os programas de inclusão produtiva são apontados como uma “porta de saída” da população mais pobre dos programas socioassistenciais.

www.mds.gov.br
www.pnud.org.br



O ministro Patrus Aneias e o representante-residente interino do Pnud, Luién Munoz, durante reunião para a assinatura de parceria entre o MDS e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

LINDOMAR GRUZA/ABR

Fome Zero é tema de eventos na Itália

O ministro do MDS, Patrus Aneias, esteve na Itália entre os dias 30 de abril e 5 de maio para representar o Brasil em dois eventos. Ele palestrou sobre o Fome Zero na 12ª Sessão Plenária da Pontifícia Academia de Ciências Sociais, no Vaticano, e na Semana de Cooperação e Solidariedade com o Brasil, evento organizado pela cooperação Brasil/Itália. “Ao que tudo indica, a miséria deixará, em breve, de ser um perverso legado para futuras gerações porque estamos rompendo com seu círculo vicioso”, afirmou o ministro.

www.mds.gov.br

“A minha geração terá a felicidade de ver acabar a fome e também a desnutrição em nosso país”



Cultura:

fator enriquecedor da sociedade

Para colocar em prática seus projetos culturais, organizações buscam patrocínios e apoio governamental

Thais Mendes

“Cultura é como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura é como aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura é como usina de símbolos de um povo.” A fala do ministro Gilberto Gil em seu discurso de posse demonstra seu ponto de vista sobre o que a cultura significa para o Brasil e para o brasileiro.

A questão é: como tornar essa cultura um meio sustentável, ou seja, como fazer dela um instrumento com o qual as pessoas possam desenvolver empregos e condições de vida? Para tornar isso possível, há diversos caminhos, como as leis de incentivo oferecidas pelo governo e financiamento de grandes empresas ou órgãos internacionais.

Apoio governamental

O Ministério da Cultura (MinC) possui diferentes canais que podem auxiliar projetos culturais. Um deles é a Agência Nacional do Cinema (Ancine), responsável pela Lei do Audiovisual, que fiscaliza projetos das indústrias cinematográfica e videofonográfica. Criada em 2001 pela medida provisória nº 2.228 e vinculada ao Ministério da Cultura em outubro de 2003, a Ancine é independente na forma de autarquia especial.

A agência também dispõe sobre a lei nº 8.313/91, mais conhecida como Lei Rouanet ou Lei Federal de Incentivo à Cultura. Em vigor desde 1991, ela surgiu para incentivar investimentos culturais e ser o caminho utilizado por empresas e pessoas físicas que querem financiar esse tipo de projeto. Émerson Henrique Dátilo, CEO da Synergia Consultoria e Assessoria para o Terceiro Setor, conheceu a Lei Rouanet ao visitar um projeto em Contagem, Minas Gerais. “Os apoiadores do trabalho eram grandes empresas que se utilizavam dessa lei. Percebemos que ela é uma alternativa para que grande parte da população tivesse acesso a todos os benefícios que a cultura nos traz”, conta.

Da Lei Rouanet surgiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), que oferece financiamento cultural para os projetos e é formado por três mecanismos:

- Fundo Nacional de Cultura (FNC), que destina recursos a projetos culturais por empréstimos reembolsáveis ou cessão a fundo perdido.
- Ficart, que possibilita a criação de fundos de investimentos culturais e artísticos (no momento, inativo).
- Mecenato, que viabiliza benefícios fiscais para investidores que apoiam projetos culturais com doações ou patrocínio.

Com o apoio da Lei Rouanet, as instituições filantrópicas têm mais facilidade para realizar suas ações sociais. “É mais fácil conseguirmos captar recursos para uma instituição que tenha seu projeto apoiado pela Lei Rouanet do que para outra que não conta com esse recurso”, explica Dátilo.

Porém, segundo Milú Villela, presidente do Instituto Faça Parte e do Centro de Voluntariado de São Paulo, muitas organizações não tomam conhecimento sobre ela e acabam não usufruindo do benefício. Para ela, as Leis Rouanet e do Audiovisual são relativamente complexas e pouco divulgadas. Portanto, apresentam-se pouco acessíveis principalmente para quem não está habituado a ler, decodificar e compreender textos legais. “Conheço algumas instituições com projetos de interface cultural que, bem orientadas, poderiam inscrevê-los no Ministério da Cultura para obter os benefícios

da Lei Rouanet. Mas não o fazem por desconhecimento”, diz.

O incentivo dessas leis é importante e dá um “empurrãozinho” nas ações das organizações sociais. Porém, de acordo com o ministro Gilberto Gil no seu discurso de posse, as leis e mecanismos de incentivos fiscais são extremamente importantes, mas o mercado não é tudo. “Sabemos muito bem que em matéria de cultura, assim como em saúde e educação, é preciso examinar e corrigir distorções inerentes à lógica do mercado que é sempre regida, em última análise, pela lei do mais forte. Sabemos que é preciso, em muitos casos, ir além do imediatismo, da visão de curto alcance, da estreiteza, das insuficiências e mesmo da ignorância dos agentes mercadológicos. Sabemos que é preciso suprir as nossas grandes e fundamentais carências”, disse ele.

Um exemplo é o projeto Leia Brasil, que procura desenvolver a leitura e combater o analfabetismo funcional e por muito tempo contou com o apoio da Lei Rouanet. “Trabalhamos durante muitos anos com essa lei, mas, hoje, contamos com a Lei de ICMS da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro”, conta a coordenadora de projetos, Ana Claudia Maia.

As áreas beneficiadas pela Lei Rouanet são:

- Teatro, dança, ópera, circo, mímica e congêneres.



O bandolinista Hamilton de Holanda, em apresentação do projeto Hamilton de Holanda – Turnê Brasileiros, do programa Natura Musical

- Produção cinematográfica, videográfica, fotográfica, discográfica e congêneres.
- Literatura, inclusive obras de referência.
- Música.
- Artes plásticas, artes gráficas, gravuras, cartazes, filatelia e outras congêneres.
- Folclore e artesanato.
- Patrimônio cultural, inclusive histórico, arquitetônico, arqueológico, bibliotecas e museus.
- Arquivos e demais acervos.
- Humanidades.
- Rádio e televisão, educativas e culturais, de caráter não-comercial.

Mudanças na Lei Rouanet

No último dia 28 de abril, foi publicado o decreto nº 5.761, primeiro passo das três fases de mudanças que serão realizadas na Lei Rouanet (veja quadro nesta página). Depois dele, haverá novas instruções e portarias com sugestões de alterações do texto.

Em 15 anos de existência, a lei sofreu algumas distorções, como a massificação de projetos em São Paulo e Rio de Janeiro, o que dificultou a captação e restringiu o acesso de grande parte da população a informações sobre ela. Segundo Dátilo, as atividades sociais serão beneficiadas, pois o foco estará voltado também para os pequenos projetos, já que o MinC se propõe a buscar, por meio de parcerias, empresas patrocinadoras. “Por outro lado, a captação

de recursos foi retirada da lei, e acreditamos que ela seja indispensável às instituições que não possuem estrutura nem pessoal preparado para buscar o apoio financeiro necessário”, complementa.

Devido às dificuldades para entender todas as alterações, Milú Villela recomenda apoio profissional e menciona o atendimento gratuito oferecido pelo Instituto Pró-Bono, por meio do qual os advogados realizam o chamado serviço de advocacia solidária. “Na prática, significa que esses profissionais atuam voluntariamente para organizações sociais que não podem pagar por seus serviços, apoiando-as, por exemplo, na elaboração de estatutos e na solução de processos tributários e trabalhistas”, resume.

Conheça as mudanças

- De acordo com o decreto nº 5.761, a Lei Rouanet abrangerá um conceito mais amplo de cultura e também vai focalizar as ações de democratização do financiamento cultural:
 - Inclusão de programas e ações culturais. Antes, apenas projetos poderiam receber apoio da lei.
 - Adequação das finalidades do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) a um conceito mais amplo de financiamento cultural. Possibilita a destinação de recursos a projetos que se dediquem à articulação de cadeias produtivas, por exemplo.
 - Reconhecimento da arte tecnológica como apta a ser beneficiada pelo Pronac. Destaque aos projetos que valorizem culturas tradicionais.
- Plano Anual para gestão do Pronac, com o objetivo de dar mais transparência. Esse plano deverá estar de acordo com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Posicionamento do Pronac como ferramenta do Plano Nacional de Cultura.
- Estabelecimento da Comissão do Fundo Nacional de Cultura (FNC), que vai analisar as demandas dos projetos culturais e dos projetos das secretarias e instituições vinculadas ao MinC, além de ser responsável pela elaboração do Plano Anual do FNC. (Análise de acordo com a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura.)
- Por meio do FNC, patrocínio e doação com efeitos de publicidade e abatimento no Imposto de Renda. Tanto pessoas físicas quanto jurídicas podem utilizar dessa ferramenta – por exemplo, essa mudança autoriza a obtenção de produtos culturais e ingressos para espetáculos, para barateá-los e aumentar o acesso da população a esses eventos.
- O Ministério da Cultura vai identificar as propriedades estruturantes da cultura, reunir patrocinadores e lançar editais do Mecenato, de acordo com as políticas públicas, dentro das metas do Pronac, e em articulação com instâncias dos setores culturais. Esse mecanismo vai direcionar recursos àqueles que não têm condições de chegar ao patrocinador e, assim, vai equilibrar a distribuição regional dos recursos.
- Os planos anuais das instituições criadas pelos patrocinadores agora vão se submeter às mesmas regras dos outros proponentes no que diz respeito às despesas administrativas. Antes, as instituições poderiam usar até 100% do valor captado para essas despesas. Agora, o valor destinado a elas é de até 15% do valor total.
- Democratização do acesso aos bens e produtos culturais. Propostas de ações de ampliação da acessibilidade do público aos bens e produtos gerados por seu projeto, como:
 - Oferecer condições de acessibilidade a pessoas idosas.
 - Proporcionar condições de acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência.
 - Tornar preços de comercialização de obras ou ingressos mais acessíveis.
 - Distribuir gratuitamente obras ou ingressos beneficiários previamente identificados, que atendam às condições do Ministério da Cultura.
- Acesso do patrocinador a 15% do produto cultural. Antes, esse número era de 25%.
- O resumo do projeto cultural deverá estar na portaria de aprovação do mesmo.
- As contas correntes ficarão concentradas em instituição financeira credenciada pelo MinC. Assim, o ministério terá mais controle sobre os recursos aplicados nos projetos culturais.
- O patrocinador precisa inserir a logo marca da Lei Federal de Incentivo à Cultura e do Ministério da Cultura nas peças promocionais e campanhas institucionais relativas a projetos culturais custeados com incentivos fiscais.
- O MinC concederá anualmente certificado de reconhecimento a investidores, beneficiários e entidades culturais que se destacarem pela contribuição à realização dos objetivos do Pronac.
- Mais clareza no processo de avaliação e monitoramento de resultados, devido à delimitação de responsabilidades e procedimentos para cadeias decisórias.

Fonte: MinC

Correndo atrás do benefício

Enquanto o apoio não vem, as organizações sociais voltadas à cultura também conseguem se virar para colocar em prática seus projetos. Mas a corrida pelos editais divulgados pelo Ministério da Cultura é intensa, como é o caso do projeto Mukando Kandongo em Movimento – Cultura e Educação. Patrocinado pela Fundação Municipal de Cultura (Fundac) e pela Prefeitura de Campo Grande (MS), o projeto foi elaborado pela Associação Familiar da Comunidade Negra São João Batista com o objetivo de divulgar a cultura afro-brasileira e estreitar o elo entre as etnias.

Rosana Claudia, presidente da organização, conta que havia a necessidade de ampliar o trabalho e a divulgação, mas que os custos seriam muito altos. Foi quando souberam do edital divulgado pelo Ministério da Cultura, que patrocinaria iniciativas como a deles. “Enviamos o projeto, que foi selecionado em novembro de 2005, mas o recurso ainda não foi liberado”, conta.

O projeto Mukando Kandongo foi um dos participantes da mostra Teia – A Rede Cultural do Brasil, que aconteceu em São Paulo de 6 a 9 de abril. Iniciativa dos Ministérios da Cultura e do Trabalho e do Sesc/SP, patrocinada pela Petrobras e apoiada pela Fundação Bienal de São Paulo, pelo Museu Afro Brasil e pela Prefeitura de São Paulo, a mostra foi um encontro da cultura popular.

O evento convidou à reflexão sobre política cultural e economia solidária e, ao

mesmo tempo, criou uma oportunidade de reconhecimento das manifestações culturais e de criação de documentos de interesse comum e de produtos culturais do país. Na ocasião, aconteceram mais de cem espetáculos e 60 oficinas. Além disso, 650 empreendimentos – desenvolvidos por ONGs, cooperativas e redes de troca – trouxeram seus produtos para exposição e vendas. Nos quatro dias de evento, mais de 50 mil pessoas visitaram a Teia.

Atuação do setor privado

A responsabilidade social, que já faz parte do dia-a-dia de muitas empresas, era exercida por 462 mil empresas em 2001, de acordo com dados da publicação A Iniciativa Privada e o Espírito Público – Resultados Nacionais, do Ipea. Ainda segundo a publicação, essas empresas aplicaram, em 2000, cerca de R\$ 4,7 bilhões em causas sociais.

Uma maneira diferente de colocar em prática a responsabilidade social são os patrocínios oferecidos por grandes empresas.

O apoio não é dado somente a projetos culturais, mas de qualquer natureza. Elas oferecem patrocínio para diferentes áreas do Terceiro Setor e escolhem, entre muitos projetos enviados, quais receberão a verba.

A Petrobras, por exemplo, começou a patrocinar projetos culturais na década de 1980. A partir de 2001, passou a utilizar os editais de seleção pública de projetos e segmentou as áreas de atuação, como música, artes visuais, artes cênicas e cinema. Em

2003, a empresa investiu aproximadamente R\$ 51 milhões em projetos culturais.

O Leia Brasil foi criado há 14 anos como um programa da Petrobras. Ele chegou a ter 17 bibliotecas-volantes – instaladas em caminhões especialmente adaptados – e atuou em diversos estados do sul, sudeste e nordeste. Depois de dez anos, a Petrobras matriz encerrou o programa, mas a essa altura seus realizadores já tinham criado a ONG Leia Brasil, e o trabalho de incentivo à leitura pôde ter continuidade.

“Hoje desenvolvemos projetos com diferentes patrocinadores. O fim do patrocínio da matriz poderia ter sido um revés, mas na verdade nos fez usar mais a criatividade, e agora podemos adaptar nossos projetos às necessidades de cada região”, finaliza Ana Claudia Maia. Entre os parceiros da Leia Brasil, há ainda algumas unidades da Petrobras, a Ampla, concessionária de energia elétrica do Rio de Janeiro, o Sesc/RJ e a Academia Brasileira de Letras.

A Natura, empresa de cosméticos, produtos de higiene e perfumaria, também entrou na onda dos patrocínios. O mais recente é a segunda edição do Natura Musical, que aceita projetos específicos da área musical, ou que tenham a música como tema relevante, e que estejam inscritos ou aprovados na Lei Rouanet ou do Audiovisual. Esse edital possui valor total de R\$ 1 milhão, e cada projeto pode solicitar até R\$ 500 mil.

Atividade desenvolvida pelo projeto Leia Brasil, que recebeu por muito tempo apoio da Lei Rouanet



Renata Sbardelini, gerente de marketing institucional da empresa, diz que uma das formas de materializar os princípios em que a empresa acredita é o patrocínio de projetos e o apoio a organizações da sociedade civil e do governo que contribuam para o bem-estar da sociedade como um todo. “Com o programa, a Natura considera ter adotado um modelo socialmente responsável de utilização dos incentivos fiscais, contribuindo para aprimorar a qualidade do investimento público na cultura do Brasil”, explica ela.

Em 2006, a avaliação das propostas do Natura Musical será feita por uma

comissão técnica de especialistas da área da música. Eles pré-selecionarão os projetos de acordo com os seguintes critérios: adequação ao conceito do programa, inclusão cultural, diferenciação, abrangência geográfica, relação custo-benefício, acessibilidade a parcelas diversificadas da população, visibilidade midiática, sustentabilidade e viabilidade.

O papel da cultura

A cultura pode e deve ajudar o desenvolvimento social das populações. Para

Ana Claudia, “não se pode falar em educação, saúde, violência, inserção social, sem falar em cultura no seu conceito mais amplo. Na verdade, a cultura e a educação estão na base da resolução de muitos problemas, pois é a prevenção deles”. Citando novamente Gilberto Gil, em seu discurso no dia da posse: “O papel da cultura não é apenas tático ou estratégico; é central: o papel de contribuir objetivamente para a superação dos desníveis sociais, mas apostando sempre na realização plena do humano”. ☺

Apresentação do Calendário do Som do programa Natura Musical, que patrocina projetos aprovados pelas Leis de Incentivo à Cultura



DIVULGAÇÃO

Muitas crianças têm o primeiro contato com os livros nos projetos do Leia Brasil



DIVULGAÇÃO

Brasil na Copa da Alemanha

Em 2006 o Brasil se destaca na Alemanha não só pelo futebol. O programa de intercâmbio cultural entre os dois países, a Copa da Cultura, traz grande atenção às ações culturais da nação verde-amarela. O objetivo é divulgar a imagem do Brasil no exterior por meio de uma parceria entre a Embaixada do Brasil em Berlim, o Instituto Goethe e a Casa das Culturas, além de outras organizações governamentais e não-governamentais.

Durante o ano, mais de 200 eventos de cultura brasileira, com o selo Copa da Cultura, acontecerão em várias cidades da Alemanha e serão vistos por cerca de 3 milhões de alemães e de turistas. As apresentações consistem em shows, dança, lançamento de livros, conferências, mostra de cinema e produção independente de TV, exposições e festas com DJs brasileiros e alemães. Todos com entrada franca.

i www.copadacultura.gov.br

Ministério da Cultura (MinC)

i www.cultura.gov.br

Agência Nacional do Cinema (Ancine)

i www.ancine.gov.br

Links

i www.facaparte.org.br
www.ipea.gov.br
www.petrobras.com.br
www.leiabrasil.org.br
www.natura.net
www.synergiaconsult.com.br

Movimento Capixaba de Voluntários e ONGs



Em seu sétimo aniversário, a entidade comemora o sucesso da articulação da atividade solidária no Espírito Santo

Elaine Iorio

O Movimento Capixaba surgiu em 15 de junho de 1999 a partir do Programa Voluntários da Comunidade Solidária, uma iniciativa do BID e da Unesco pela implementação de centros de voluntariado nas principais cidades do país.

Desde então, a entidade atua na conscientização e melhoria da qualidade de vida dos voluntários, no apoio à gestão das organizações do setor e no alinhamento de programas de voluntariado corporativo às estratégias de responsabilidade social das empresas. Segundo Maria José Quinteira, coordenadora-executiva do Movimento, as ações visam contribuir para o fortalecimento do setor social brasileiro e são norteadas pela ética e pela transparência.

Atividades

As realizações de maior destaque nos últimos sete anos foram o desenvolvimento de uma metodologia específica para o voluntariado, tanto das organizações sociais como do meio corporativo, a realização de grandes eventos regionais, a articulação entre o Primeiro, o Segundo e o Terceiro Setor e a integração com a imprensa local.

Por conta desse bom relacionamento com a mídia, a entidade encontra mais facilidade em manter contato com seus públicos-alvo: voluntários da sociedade civil em geral, ONGs e instituições públicas e privadas que queiram implantar programas de voluntariado. A adesão acontece por meio de uma ficha de inscrição e oferece várias vantagens aos associados, como

capacitação e atualização em ações ligadas ao Terceiro Setor, participação em eventos de voluntariado e responsabilidade social e consultoria em voluntariado.

Hoje, a entidade contabiliza a participação de aproximadamente 40 organizações em projetos e mais de 40 empresas sensibilizadas e capacitadas em voluntariado corporativo, além de 4.800 voluntários certificados. Os principais focos de atuação das instituições associadas são: educação, saúde, meio ambiente e esporte.

O Movimento Capixaba tem o apoio de diversas empresas para a implementação de seus projetos. Entre elas, destacam-se: Samarco, Aracruz Celulose, Petrobras, Siderúrgica Belgo Mineira – Arcelor, Fundação Otacílio Coser, Refrigerantes Coroa, Fundação Wattz, Set Comunicação, Artgraf, Hans Fotolito, Vanguarda Implementos Rodoviários, Time Now, Litoral Tecidos Importados e Nacionais e Clube Álvares Cabral.

Agora, a entidade trabalha para alcançar suas próximas metas, tais como a aquisição de sua própria sede, o fortalecimento de seu corpo de profissionais e a captação de recursos internacionais para a causa voluntária. Como lembra Maria José, o Movimento vai continuar lutando para tornar realidade o seu lema: “Transformar necessidades sociais em oportunidades de ação voluntária”.

Objetivos

1. Promover o voluntariado.
2. Arregimentar, capacitar, articular, apoiar, assessorar, coordenar, encaminhar e canalizar voluntários para organizações que trabalhem com voluntários.
3. Ser referência do trabalho voluntário, conforme preceito da lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.
4. Organizar a oferta e a demanda de voluntários.
5. Aumentar a visibilidade e o reconhecimento do trabalho voluntário.
6. Implementar estratégias locais de mobilização e estímulo à participação.
7. Propiciar intercâmbio de experiências entre instituições e voluntários.
8. Prestar consultoria e treinamento para pessoas físicas e jurídicas.
9. Fomentar a criação de outros centros de voluntários.
10. Promover o fortalecimento institucional das organizações que utilizam voluntários.
11. Definir e implantar estratégias de difusão do voluntariado voltado para públicos específicos.
12. Filiar, associar, estabelecer parcerias e participar de outras entidades e empreendimentos, públicos ou privados, com o objetivo de cumprir sua finalidade ou fortalecer seu patrimônio e receitas, nos limites e na forma da legislação.
13. Promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e demais valores universais.

Movimento Capixaba de Voluntários e ONGs

📍 Rua Neves Armond, 140, sala 402
Praia do Suá – Vitória/ES
www.mcv.org.br
mcvolun@terra.com.br
(27) 3382-3873

Voluntários motivados,

Milú Villela

comunicacao@facaparte.org.br



Não nos surpreende ouvir histórias de pessoas motivadas e interessadas em fazer trabalho voluntário, mas que não levam essa vontade adiante por algum motivo. Por outro lado, é impossível imaginar o voluntariado sem motivação. Participar, doar tempo, trabalho e talento para causas de interesse social e comunitário exige que aqueles que se envolvem com uma causa estejam verdadeiramente interessados.

Um dos grandes desafios de quem participa de causas comunitárias é, assim, manter acesa a chama da motivação – do contrário, qualquer atividade, por mais estruturada que esteja, corre o risco de não dar certo.

Existem incontáveis motivações para que uma pessoa seja voluntária: fazer diferença na vida de alguém, desenvolver uma habilidade, sentir-se reconhecida, ocupar tempo livre,

socializar – não importa: cada pessoa tem sentimentos e valores próprios, construídos ao longo da vida, e dessa especificidade surge a motivação de ser voluntária.

É verdade que existem notáveis demonstrações de esforço individual, mas o mais comum é que se procurem oportunidades de somar qualidades em uma organização social, um hospital, uma escola, enfim, algum grupo já constituído, que possa orientar o ator social em sua nova empreitada.

O material humano é rico, mas, para que gere frutos, precisa ser bem cultivado. E, como na natureza, cada voluntário deve participar de um modo diferente. Para começo de tudo, é preciso haver sintonia entre o voluntário e a organização que o recebe. Não basta estar disposto a fazer algo, é preciso saber o que se quer fazer.

 Voluntariado eficiente

Organização social paulista comemora 60 anos de atuação pelo deficiente

A Instituição Beneficente Nosso Lar comemora 60 anos em agosto. Atuante em São Paulo, a organização oferece tratamento e apoio ao portador de deficiência múltipla e seus familiares, e conta com voluntários que exercem atividades administrativas e pedagógicas, oferecem apoio às famílias das pessoas atendidas e realizam oficinas culturais e cursos.

Como uma pessoa, o Nosso Lar não permaneceu igual durante todo esse tempo, pois passou por um processo contínuo de mudanças. Uma das fundadoras da organização, Maria Augusta Ferreira Puhlmann, faz, no livro *Olhai as Aves do Céu*, uma revisão histórica das atividades da instituição, dividindo-as em períodos marcados por acontecimentos que abriam horizontes. Assim, identificou o dia 8 de agosto de 1946, data da fundação, como o início da Primeira Hora, com o desenvolvimento de um lar para bebês e crianças carentes.

A Segunda Hora necessitou de programação diferente, pois as crianças entraram na adolescência, e exigiu-se a formação para o trabalho e a preparação para a constituição de família. Considera-se, de certa forma, que foi a hora das despedidas. Já a Terceira Hora foi acionada pelo aparecimento de Henriquinho, bebê rejeitado por ser portador de paralisia cerebral, fato que motivou a criação do departamento de atendimento a pessoas com deficiência.

A Quarta Hora ampliou os cursos e as escolas, e foram iniciados encontros anuais para a troca de experiências, na busca de soluções para os problemas de saúde e de educação especializadas. Ao mesmo tempo, foram criados postos de assistência a famílias, creches e atendimento ambulatorial. A Quinta Hora desenvolveu aspectos socioculturais, idéias de co-participação, responsabilidade social e relacionamento comunitário. Também foi implantado um programa de voluntariado

organizado e atuante, ampliou-se o setor de oficinas profissionalizantes e criou-se o projeto Habilitação Comunitária.

Agora, em 2006, o Nosso Lar considera começa uma nova jornada em sua história, revisando ações e atualizando programas. Inicia o que se chama a Sexta Hora, reforçando sua filosofia de trabalho: amor ao próximo sustentado em ciência a serviço do desenvolvimento integral físico, psicológico, social e espiritual das pessoas. Nosso Lar inicia esse momento com eventos comemorativos, palestras especiais, reencontros com pessoas e grupos, centros, associações, parceiros e comunidade. 

Instituição Beneficente Nosso Lar

 Praça Florence Nightingale, 56
São Paulo/SP
ibnl.sec@ig.com.br
(11) 6163-8681 / (11) 2272-5266

projetos exitosos



Você quer fazer trabalho voluntário com crianças, mas prefere o ambiente escolar ou um hospital infantil? Ou, ao se interessar pela temática ambiental, gosta mais da questão do lixo ou da preservação da natureza?

Depois de encontrar uma organização com a qual tenha afinidade, o voluntário – ou o grupo envolvido em um projeto comunitário – passa por uma fase em que se empenha tanto quanto pode para o sucesso do projeto. Porém, após essa “lua-de-mel”, a desmotivação pode começar a aparecer.

A pessoa talvez sinta que já fez sua parte, que está deixando de se divertir, que há outras pessoas responsáveis pelo mesmo trabalho, que não está sendo reconhecida. Cabe aí destacar que a organização que recebe o voluntário deve ficar constantemente atenta para que os voluntários se sintam valorizados.

Valorizar, estimular e reconhecer são gestos que promovem o comprometimento. Celebrações e certificados, por exemplo, são meios possíveis, mas cada organização ou grupo saberá como agraciar os voluntários.

Todos os indivíduos que estão envolvidos nas atividades de um determinado empreendimento são responsáveis pelo êxito do projeto. Escolher com quem se envolver – no caso dos indivíduos – e procurar as pessoas certas para o trabalho – no caso das organizações –, bem como a definição das tarefas que cada voluntário terá no projeto, sua adequada preparação, o acompanhamento do desempenho e o devido reconhecimento, são, todas, atitudes necessárias para que se mantenha sempre em alta a motivação de ser voluntário e fazer a diferença. 

Parceria do bem

Nós, do Centro de Voluntariado de São Paulo e do Instituto Faça Parte, que dia a dia procuramos construir uma sociedade mais justa e solidária, nos sentimos privilegiados pela parceria estabelecida com a **Revista Filantropia**, que, a cada edição, a partir desta, nos oferecerá espaço para relatar experiências de voluntariado em organizações sociais e escolas. A motivação está elevada e tem tudo para permanecer assim. Temos certeza que essa será uma forte parceria!

 www.cvsp.org.br
www.facaparte.org.br

Milú Villela. Embaixadora da Boa Vontade da Unesco e presidente do Centro de Voluntariado de São Paulo, do Instituto Faça Parte, da Associação Comunitária Despertar, do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) e do Instituto Itaú Cultural.



Mudança de atitude começa na escola

A transferência de 128 vôos nacionais do aeroporto da Pampulha para o de Confins, em Minas Gerais, mudou a rotina dos moradores da cidade de Vespasiano. A alteração quase dobrou o tráfego da rodovia MG-010 e, conseqüentemente, o número de acidentes com pedestres. Muitos tinham o hábito de atravessar a via correndo entre os carros, e os atropelamentos passaram a ocorrer com frequência.

Depois de ver dezenas de vítimas, inclusive alunos da Escola Municipal Manuel da Fonseca Viana, da qual é supervisora, Roselene Rodrigues de Oliveira conversou com a diretora, os professores e os alunos. Juntos, chegaram ao consenso de fazer uma campanha para alertar a população para os perigos de atravessar a via e incentivar o uso da passarela.

Antes da ação propriamente dita, que viria a se chamar Passe na Passarela, crianças da pré-escola à 4ª série do ensino fundamental

estudaram os sinais de trânsito, pesquisaram direitos e deveres de pedestres e motoristas e elaboraram folhetos explicativos sobre a importância da passarela.

Depois da preparação, docentes e alunos saíram para a prática. Distribuíram panfletos e aproveitaram para pesquisar os motivos da resistência dos moradores em usar a passarela. “A maioria dizia que tinha de dar a volta e que percorrer a passarela demorava muito”, diz Regina Célia Lara Pinto, diretora da escola.

As informações foram exploradas de diferentes formas nas aulas de matemática, educação física, português e educação artística. O que começou como campanha foi incorporado ao plano pedagógico da escola. Três anos após seu início, o projeto continua com a adesão de toda a comunidade escolar.

Alunos, professores e moradores atualmente realizam trabalhos de campo a cada 15 dias. Abordam pessoas que não utilizam a passarela, entregam folhetos e as convidam



para participar de palestras. Dão aos pedestres que usaram a passarela um broche com a mensagem Passei na Passarela. Visitam vítimas de acidentes e as convidam para dar falar em palestras. Também há o Dia D da passarela, com a presença de representantes de departamentos de trânsito. “Os alunos aprendem, na prática, como se tornar cidadãos – e ainda multiplicam as informações para a população”, comenta a diretora. 

Definições de responsabilidade social empresarial

O termo é discutido em todo o mundo sob diferentes pontos de vista

Fernando Credidio
fernando.credidio@parceirodavid.org



Nas palestras que ministro pelo país, uma pergunta é recorrente: “Afim, qual é a definição correta de responsabilidade social empresarial (RSE)?”. Eu costumo responder que não existe um significado único, por se tratar de um conceito em permanente evolução e desenvolvimento.

Em razão desse tipo de dúvida, achei oportuno discorrer sobre as diferentes definições preconizadas por algumas das principais organizações que promovem a RSE pelo mundo. Ainda que eu não concorde, inteiramente, com nenhuma delas, deixo para o leitor a escolha daquela que melhor corresponda à sua visão a respeito do tema.

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social – Brasil

RSE é uma forma de conduzir os negócios que torna a empresa parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e consegue incorporá-los ao planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos, não apenas dos acionistas ou proprietários.

Ação Empresarial pela Cidadania – Brasil

RSE é a gestão com objetivos e compromissos que ultrapassam o âmbito da sobrevivência do próprio negócio, ampliando-se para o exercício do papel de agente co-responsável pelo desenvolvimento social, político e econômico de seu ambiente. Inclui ações associadas a uma melhora da qualidade de vida, à ética nas relações e ao exercício da cidadania, tanto na empresa como no ambiente externo.

Centro Empresarial de Inversión Social (Cedis) – Panamá

RSE é uma filosofia corporativa adaptada pela alta direção da empresa para atuar em benefício de seus próprios trabalhadores, suas famílias e no entorno das zonas de influência onde está situada. Trata-se de uma perspectiva que não se limita a satisfazer o consumidor, mas o bem-estar das comunidades com as quais a empresa se relaciona.

Centro Mexicano para a Filantropia – México

RSE é cumprir, integralmente, com as finalidades da empresa em suas dimensões econômica, social e ambiental, nos ambientes internos e externos. Essa responsabilidade conduz a empresa, conseqüentemente, à atuação comprometida de melhora contínua, medida que lhe permite ser mais competitiva, respeitando e promovendo o desenvolvimento pleno das pessoas, das comunidades localizadas em seu entorno, atendendo, dessa forma, às expectativas de todos os públicos interessados: investidores, colaboradores, diretores, fornecedores, clientes, governo, organizações sociais e comunidade. A ação empresarial responsável integral se dá em função de quatro linhas estratégicas de competência: ética empresarial, qualidade de vida, relacionamento e compromisso com a comunidade e seu desenvolvimento e, por fim, cuidado e preservação do meio ambiente.

Chair Amnesty International Business Group – Inglaterra

RSE diz respeito às condutas essenciais da empresa no tocante à responsabilidade que possui pelo impacto total nas comunidades em que atua. A RSE não constitui uma opção adicional nem um ato de filantropia. A empresa socialmente responsável é aquela

que leva adiante um negócio rentável, tendo em conta todos os efeitos ambientais, sociais e econômicos – positivos e negativos – que gera na sociedade.

Comissão das Comunidades Europeias

RSE é um comportamento que as empresas adotam, voluntariamente, indo além dos requisitos legais, porque consideram ser esse o seu interesse a longo prazo. Implica uma abordagem por parte das corporações que coloca no cerne das estratégias empresariais as expectativas de todas as partes envolvidas e o princípio de inovação e aperfeiçoamento contínuos.

CSR Europe

RSE é um conceito a partir do qual as empresas decidem contribuir, voluntariamente, para uma sociedade melhor e um meio ambiente mais puro.

Forum Empresa – Aliança de organizações empresariais de RSE que promove a responsabilidade social empresarial pelas Américas

RSE se refere a uma visão de negócio que une o respeito por valores éticos, pelas pessoas,

comunidades e pelo meio ambiente. A RSE é vista pelas empresas líderes como mais do que uma coleção de práticas discretas, gestos ocasionais, ou iniciativas motivadas pelo marketing, relações públicas ou outros benefícios. Ela é vista como um conjunto abrangente de políticas, práticas e programas integrados às operações do negócio e de processos de tomada de decisão que são apoiados e recompensados pelos dirigentes da empresa.

Fundación Empresa y Sociedad – Espanha

RSE não se limita à mera exploração econômica no sentido tradicional do conceito. Para a organização, a empresa socialmente responsável é aquela cujos dirigentes adotam um comportamento ético irrepreensível, que tem seus produtos e serviços aceitos pelos cidadãos, que cumpre com a legislação e as normas vigentes, que concede a importância adequada à relação com seus empregados, que respeita o meio ambiente e que apóia as pessoas mais desfavorecidas nas comunidades em que opera.

PROhumana – Chile

RSE é a contribuição ao desenvolvimento humano sustentável por meio do compro-

misso e confiança com seus colaboradores, a sociedade em geral e a comunidade local, com o objetivo de melhorar o capital social e a qualidade de vida.

The Center for Corporate Citizenship at Boston College – EUA

RSE refere-se à maneira pela qual a empresa integra valores sociais básicos às suas práticas comerciais e operacionais cotidianas. Uma empresa que adota princípios de RSE entende que seu êxito está entrelaçado à saúde da sociedade e ao bem-estar geral. Por isso, tem em conta seu impacto sobre todos os públicos de interesse, incluindo os colaboradores, clientes, comunidades, fornecedores e o meio ambiente. 

Fernando Credidio. Consultor de comunicação organizacional, especializado em Terceiro Setor, gestor de responsabilidade social corporativa, presidente-executivo do Instituto Parceiros da Vida de Comunicação & Responsabilidade Social Empresarial e coordenador do curso Management in Social Responsibility.



HSBC cria linha bancária sustentável

O HSBC acaba de lançar três produtos e serviços bancários que contribuirão para ampliar os recursos destinados às ações sociais que a instituição promove por intermédio do recém-criado Instituto HSBC Solidariedade. Quando o cliente solicitar a mudança de seu extrato impresso para o extrato eletrônico ou utilizar o débito automático no pagamento de contas, o HSBC destinará para a área social R\$ 0,25 em cada operação. Também foi criado o cartão de crédito Instituto HSBC Solidariedade, que resultará na transferência de recursos mensais ao instituto por cartão contratado. O objetivo dos lançamentos é desenvolver produtos e serviços bancários sustentáveis, que possam ajudar projetos sociais focados na infância.

Accor assina parceria com Plan Brasil

Seguindo seu compromisso de contribuir para o desenvolvimento social do país, a Accor

no Brasil, por meio do Instituto Accor, fechou uma parceria com a filial brasileira da Plan Brasil, organização sem fins lucrativos que realiza trabalhos comunitários centrados em crianças e adolescentes. Com o acordo, a Accor convidará colaboradores e parceiros a patrocinar crianças ligadas aos projetos desenvolvidos pela Plan.

Instituto Alcoa completa 16 anos de Brasil

O Instituto Alcoa completou no dia 26 de abril 16 anos de Brasil. Por meio de programas sociais e a partir de doações das empresas do grupo, além de recursos adicionais provenientes da Alcoa Foundation e trabalhos voluntários, o instituto financia projetos que atendem às necessidades e carências das comunidades onde a Alcoa atua no país. Nos últimos 10 anos foram investidos aproximadamente US\$ 5 milhões em mais de 600 projetos comunitários. São cerca de 3.700 voluntários contribuindo para a melhoria de muitas comunidades. Os recursos são aplicados nas áreas de educação, saúde, infra-estrutura, meio ambiente, bem-estar social, esportes e utilidade pública. Mais que ajuda financeira, o instituto busca a transferência de conhecimento dos voluntários da Alcoa

para a comunidade e apoiar projetos que se tornem auto-sustentáveis.

LG Electronics comemora seu primeiro projeto social no país

O Ceará é o primeiro estado do Brasil a ter um projeto social patrocinado pela LG Electronics, líder mundial em diversos segmentos de eletroeletrônicos. Em parceria com o Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (Cefet), a LG viabilizou a realização de curso de nível médio sobre Tecnologia da Informação (TI) para jovens de escolas públicas oriundos da comunidade da Favela do Pirambu, em Fortaleza.

Operadores de TV por assinatura lançam projeto social

Os operadores de TV por assinatura na plataforma MMDS, associados à Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA), uniram-se com o objetivo de desenvolver um programa de inclusão digital sustentável, abrangente e sob a plataforma MMDS sem fio, que permite aliar menores custos com velocidade no acesso à internet em banda larga. O caráter auto-sustentável do programa e sua preocupação com o conteúdo que tráfegará na rede é o que o difere de muitas iniciativas praticadas no país.